



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EDIE BÁRBARA OLIVEIRA CALAZANS**

**A PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS:  
UMA ANÁLISE ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES VIVIDAS  
PELA MÃO DE OBRA FEMININA ENTRE OS ANOS DE 1997 E  
2007**

**SALVADOR  
2008**

**EDIE BÁRBARA OLIVEIRA CALAZANS**

**A PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS:  
UMA ANÁLISE ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES VIVIDAS  
PELA MÃO DE OBRA FEMININA ENTRE OS ANOS DE 1997 E  
2007**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia  
como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel  
em Ciências Econômicas.  
Versão Preliminar.

**Orientador: Prof. Luiz Antônio Mattos Filgueiras**

**SALVADOR  
2008**

EDIE BÁRBARA OLIVEIRA CALAZANS

**A PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS:  
UMA ANÁLISE ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES VIVIDAS  
PELA MÃO DE OBRA FEMININA ENTRE OS ANOS DE 1997 E  
2007**

Aprovada em \_\_\_\_ de junho de 2008

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Luiz Antônio Mattos Filgueiras  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Celeste Maria Philigret Baptista  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Antonio Plínio Pires de Moura  
Faculdade de Economia da UFBA

Dedico este trabalho as minhas mães que em momentos diferentes ajudaram a construir minha vida, contribuindo na formação de minha personalidade e tornando possível materialmente a realização de todos os meus sonhos, dentre eles a UFBA; minha mãe Eneide, minha mãe Elisete e minhas mães Edna e Eliana. Bem como, a meu avô Wilson, por significar para mim um eterno porto-seguro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a minha mãe, minha avó Eneide, meu avô Wilson e minhas tias Edna e Eliana por tornarem possível o meu ingresso na UFBA. Bem como, aos meus irmãos por sempre estarem do meu lado quando eu mais precisei e a meu pai pela sua presença singular em minha vida. Agradeço também a Jura e aos meus tios e primos que me deram apoio para eu alcançar esse tão sonhado objetivo.

De uma forma especial gostaria de agradecer aos meus amigos, de vocês eu tiro a minha força. Agradeço aos meus amigos de uma vida toda: Nega, Quena, Mari, Danny, Ricardo e Binho. Aos amados todos os que pude conquistar durante a faculdade, em especial a Mich, Tico, Pólo, Júlio, Wash e Gustavo e Celine. Assim como, não poderia deixar de agradecer a meu tão especial amigo e interlocutor Iuri Roberto, obrigada por ter me ajudado a evoluir nesse trabalho.

Agradeço também a Everton que sempre foi o meu melhor amigo e companheiro dentro e fora da faculdade, sua importância na minha vida é tão grande que hoje estamos casados. Bem como, a Irani por ter me adotado e representar uma mãe para mim, sem você minha vida na UFBA teria sido mais difícil.

A todos os funcionários e professores da faculdade, principalmente a Lielson pela sua contribuição dentro e fora da sala de aula e a Celeste por ter me apoiado em sua disciplina quando despertei o interesse pelo assunto que se transformou nessa monografia. Em especial quero agradecer a Filgueiras, você foi o referencial de uma turma inteira na faculdade, desde quando éramos calouros até a nossa formação. Obrigada pela sua orientação, que ultrapassou esse trabalho monográfico.

Por fim, gostaria de agradecer a Deus por me proteger e me fazer crescer, elas existindo ou não.

## RESUMO

Esse trabalho busca demonstrar como as novas características das relações de trabalho mudam não só a forma de gestão da produção, como também a relação capital x trabalho. Busca entender como tais transformações culminam em um processo de precarização do trabalho, mostrando que entre a mão de obra feminina esse processo tende a ser mais acentuado. Analisa a RMS nesse contexto, focando, principalmente, entre os anos de 1997 e 2007.

**Palavras-chave** Precarização. Mão de obra feminina. Força de trabalho. Postos de trabalho.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição entre ocupados e composição segundo sexo no Brasil (1991 – 1997).....	47
Tabela 2 - Composição familiar da Região Metropolitana de Salvador (1995 – 2004).....	54
Tabela 3 - Percentual de ocupados na família em postos de trabalho precários e membros desempregados segundo arranjo familiar na RMS – 2004.....	55
Tabela 4 - Rendimento real em classe de salário mínimo dos ocupados na RMS (out/87 – dez/88 e out/96 – dez/99).....	56
Tabela 5 - Taxa de participação por sexo e posição no domicílio na RMS (1997 – 2007).....	60
Tabela 6 – Taxa de participação por sexo na RMS (1997 – 2007).....	64
Tabela 7 – Taxa de participação por sexo e faixa etária na RMS (1997 - 2007).....	65
Tabela 8 – Taxa de participação por sexo e nível de escolaridade na RMS (1997 – 2007).....	66
Tabela 9 – Taxa de desemprego segundo tipos de desemprego na RMS (1997 - 2007).....	67
Tabela 10 – Distribuição dos ocupados por sexo e posição na ocupação na RMS (1997 - 2007).....	69
Tabela 11 – Rendimento real médio dos ocupados por sexo e setor de atividade econômica na RMS (1997 - 2007) em reais de janeiro de 2008.....	71

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>12</b>
2.1	AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NAS FORMAS DE GESTÃO E PRODUÇÃO.....	12
2.2	A INFLUENCIA NA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO.....	24
2.3	A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL.....	31
<b>3</b>	<b>A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>35</b>
3.1	MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA FAMÍLIA E A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....	35
3.2	A FORMAÇÃO DO SUBPROLETARIADO FEMININO E O “PARADOXO DA GLOBALIZAÇÃO” .....	42
3.3	A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	45
<b>4</b>	<b>A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA RMS E A SITUAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007.....</b>	<b>50</b>
4.1	A PNAD E A PED	50
4.2	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA RMS .....	51
4.3	O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA DA RMS.....	59
4.4	A SITUAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007.....	63
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As novas características das relações de trabalho que surgiram durante a década de oitenta nos países desenvolvidos, como uma saída do sistema capitalista de produção para garantir o processo de acumulação do capital, se consolidaram e se propagaram, alcançando também os países subdesenvolvidos, atingindo diretamente a classe trabalhadora. Tais mudanças afetam as condições de trabalho vividas pela “classe que vive do trabalho”, tendo em vista que as mudanças não acontecem somente na esfera da produção, mas também na esfera da reprodução do capital.

Os novos métodos de produção desenvolvidos por Taylor, sua conseqüente absorção e transformação feita por Ford culminando no fordismo, o surgimento e a conseqüente propagação do modelo toyotista, são etapas de um longo processo de mudanças na forma de gerir a produção e a classe trabalhadora. Tais mudanças buscaram reestruturar muito mais do que o processo de produção, mas reestruturar também a relação capital x trabalho. Sendo essa talvez, a mudança mais significativa alcançada pelo sistema capitalista de produção no que tange a exploração da classe trabalhadora.

Nos países subdesenvolvidos, essa realidade torna-se ainda mais nociva, a classe trabalhadora vive um intenso processo de fragilidade frente ao capital, no que tange aos direitos trabalhistas, principalmente pelo fato de que nesses países a correlação de força sempre foi mais favorável ao capital. No Brasil, essa realidade não ocorre de forma diferenciada, a classe trabalhadora convive com um intenso processo de precarização dos postos de trabalho. É nesse contexto que algumas capitais do país ocupam um lugar de destaque, no que tange as péssimas condições enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho. A Região Metropolitana de Salvador - RMS é uma delas.

A classe trabalhadora que vende sua força de trabalho na RMS encontra, desde a sua inserção nesse mercado, condições de trabalho cada vez mais precárias e conseqüente redução de rendimentos. Para as trabalhadoras esse processo tem se mostrado mais

intenso desde as duas últimas décadas, quando as mulheres passam a pressionar mais fortemente o mercado de trabalho. A flexibilidade, a instabilidade e a precarização das condições de trabalho que se fazem presentes no mercado de trabalho, na atualidade, têm se mostrado ao longo dos anos, muito mais nocivas entre as mulheres do que entre os homens.

O presente estudo busca acompanhar esse processo, analisando todas essas transformações sofridas pela classe trabalhadora em um país subdesenvolvido como o Brasil, mais especificadamente na RMS, tendo em vista o elevado grau de precarização dessa região, dando um enfoque na questão de gênero, já que são as mulheres que ocupam os postos de trabalho mais precários do mercado de trabalho local. Este estudo se divide em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais.

No segundo capítulo, busca-se analisar as novas características das relações de trabalho, mostrar como as transformações sofridas no mundo do trabalho afetam diretamente a situação vivida pela classe trabalhadora. Tentar entender a gênese desse processo e as transformações ocorridas na esfera da produção ao longo dos anos e como elas afetam a vida do trabalhador, inclusive o trabalhador brasileiro, já que, nesse processo, a classe que vive do trabalho sofre as piores consequências dessas transformações, sendo obrigada a conviver com o desemprego, a instabilidade e a perda das garantias trabalhistas.

O terceiro capítulo, tenta analisar como o processo de reestruturação produtiva atingiu a vida das trabalhadoras, através das mudanças na formação familiar, das conquistas dos movimentos de emancipação feminina e da crescente busca feminina pelo mercado de trabalho. Entender como ocorre a influência dessa formação familiar na inserção dos seus membros no mercado de trabalho. O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, bem como os motivos que levaram os membros da família que até então não se inseriam no mercado de trabalho a buscá-lo.

Mostrar que todo esse movimento de emancipação feminina ocasionou um aumento na participação feminina no mercado de trabalho e na PEA mundial e brasileira, sem, contudo, deixar de perceber a existência da formação de um subproletariado feminino,

tendo em vista que a precarização dos postos de trabalho ocorre mais intensamente com a mão de obra feminina, através de uma opressão do masculino sobre o feminino que insiste em reservar as trabalhadoras às situações mais adversas do mercado de trabalho.

No quarto capítulo, utiliza-se primeiramente dos dados da PNAD e posteriormente da PED para tentar analisar como todo esse processo ocorre na RMS, analisando mais detalhadamente os anos de 1997 e 2007, buscando entender as mudanças ocorridas nesse período. Entender as transformações sofridas pelo mercado de trabalho local e as conseqüência de tais mudanças para a classe trabalhadora. Mostrar os fatores que contribuíram para a região possuir elevadas taxas de desemprego e grande quantidade de postos de trabalho precarizados, bem como, a existência de péssimas condições de trabalho ofertada a classe trabalhadora local. Mostrar que mesmo em um ambiente de trabalho bastante “desconfortável” para a classe trabalhadora, houve um crescimento na participação feminina na PEA da RMS e uma conseqüente redução das assimetrias existentes no mercado de trabalho.

Redução essa que ocorreu em relação a quantidade de postos de trabalho ocupados pela mão de obra feminina, sem contudo, garantir melhores condições de trabalho às trabalhadoras da RMS. Tendo em vista que as conseqüências do processo de reestruturação produtiva, que ocasionaram a precarização no mercado de trabalho local, tende a tornar-se muito mais nocivo quando incide sobre as mulheres que ofertam sua força de trabalho na RMS.

Assim, mesmo tendo ocorrido uma maior participação feminina no mercado de trabalho e na PEA local, a desigualdade existente no mercado de trabalho entre homens e mulheres se manteve e ainda se faz presente, já que a maior quantidade de postos de trabalho ocupado pelas mulheres não representa uma maior qualidade e a mulher, em sua maioria, ainda ocupa os postos de trabalho mais frágeis, vulneráveis e precários da RMS.

## **2 AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

### **2.1 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NAS FORMAS DE GESTÃO E PRODUÇÃO**

Para fazer uma análise das condições vividas pela classe trabalhadora dentro do sistema capitalista, na atualidade, é importante entender de maneira preliminar as características presentes no taylorismo, no fordismo e no toyotismo. Como o processo de reestruturação produtiva, que se desenvolve no final dos anos 1970 nos países centrais, torna-se objeto central dentro do mundo do trabalho.

É necessário entender como a criação, a crise e a conseqüente incorporação de um modelo pelo outro influencia diretamente a forma de produzir e a forma de gerir o processo de trabalho, afetando de forma crucial a relação capital x trabalho. Perceber que esse processo tende a não limitar-se ao modelo de produção em si e acaba por atingir a vida do trabalhador dentro e fora das fábricas.

Essa discussão se faz necessária pelo fato de que a utilização de determinado modelo de produção modifica diretamente o mundo do trabalho e a situação vivida pela classe trabalhadora, onde a incessante busca pelo aumento da produtividade culmina em um concomitante aumento da exploração e alienação do trabalhador.

O princípio de administração científica de Taylor, o método desenvolvido por Ford e o Toyotismo possuem importantes objetivos em comum; o aumento da produtividade baseada na racionalização da produção e conseqüente controle da classe trabalhadora. Porém, eles possuem importantes diferenças como métodos utilizados para aumentar a produtividade, a forma de controlar o operariado, o nível de remuneração, o nível tecnológico, a situação vivida pela classe trabalhadora, dentre outros aspectos.

A utilização desses novos métodos de produção gera novas e importantes características nas relações de trabalho, que tendem a acentuar cada vez mais o poder que os patrões exercem sobre seus funcionários, assim como o controle e o aumento da disciplina dentro do operariado. Controle esse que pode ser alcançado pela força e/ou pelo

convencimento, mas sempre visando aumentar a produtividade através da redução do tempo de trabalho, representando assim, uma nova forma de organização das forças sociais e políticas dentro do capitalismo.

Neste processo, as práticas e os sujeitos sociais em questão extrapolam o espaço fabril, assumem um conteúdo social maior, pois redefinem o modo de trabalho e o modo de vida. Nesta disputa histórica entre capital e trabalho, as táticas e estratégias de ação se sustentam, em linhas gerais, na combinação do uso da “força” e do “convencimento”. E são as relações de forças, em cada conjuntura, que determinarão o resultado ou a síntese desta combinação (GRAMSCI apud DRUCK, 1999, p.).

Para tentar entender as novas características das relações de trabalho é necessário um estudo mais detalhado de cada um desses modelos. Essa análise deve ser feita observando como um modelo influencia diretamente o outro e como ocorre a sua incorporação e em alguns casos a suplantação. Inicia-se então pelo Taylorismo, que serve como base para a criação dos outros modelos que o seguem.

O Taylorismo ou o princípio da “gerência científica”, criado por Frederick Taylor em 1911 sob o título de *The Principles of Scientific Management*, surge como uma obra oriunda de experiências vividas pelo próprio autor no “chão da fábrica”. Partindo daí, ele se propõe a estudar os tempos e movimentos realizados em cada operação dentro do processo de produção e encontrar uma forma de reduzi-los, tornando-se extremamente importante para o sistema capitalista de produção, pois a sua aplicação culmina em um grande salto de produtividade.

Surge nos Estados Unidos e se propaga por todo o mundo, beneficiando-se, no período, da consolidação do padrão de acumulação capitalista voltado para o industrialismo e a atuação monopolística dos capitais, que torna o conhecimento científico cada vez mais decisivo para desenvolver as diversas áreas de produção nas indústrias.

Este é o tempo em que os homens que vivem do trabalho precisam ser transformado “cientificamente”, a fim de que possam cumprir um papel-chave na base técnica e mecânica da produção industrial(...) Representa um tipo de mecanização sem a introdução da maquinaria; ou seja, trata-se de subsumir o trabalho ao capital, através da expropriação do conhecimento dos trabalhadores, o que pode ser viabilizado pelo controle efetivo do capital sobre o trabalho, realizado na forma de gerência científica e que tem como um dos fundamentos centrais a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (DRUCK, 1999, p. 41).

Taylor percebe a necessidade de desenvolver uma forma de gerir os operários que propicie o aumento da produtividade. Ele cria um método voltado para os gerentes dirigirem a grande massa de operários, incapazes de fazer por si só. Uma massa que cresce de forma proporcional ao aumento das empresas e do desenvolvimento industrial.

O trabalhador produz, em um dia de trabalho, menos do que poderia produzir e isso ocorre de forma proposital. A culpa disso é a “indolência do trabalhador”; o trabalhador faz “cera” e a gerência racional tem como um dos seus objetivos combater o que ele chamava de ociosidade da classe operária.

Taylor percebe que para aumentar a eficiência e a produtividade, fatores vitais para o processo de acumulação capitalista, era preciso o controle do trabalho e isso só seria alcançado através de uma divisão do trabalho e organizações hierárquicas.

Assim, muito mais do que desenvolver formas científicas de produção, ele desenvolve formas de controle do trabalhador, dando surgimento ao papel dos analistas de tempo e movimentos ou fiscais de fábricas, fazendo do trabalhador um refém do cronômetro e de seus “controladores de tempo”.

O controle do operário e sua conseqüente disciplina, tão importante para a acumulação do capital, não se reduz ao espaço de trabalho e se expande para o convívio social como um todo, “envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação, cooperação, elementos que tem que ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY apud DRUCK, 1999, p.119).

No que tange a capacidade do trabalhador dentro do modelo taylorista, sua seleção precisa ocorrer de forma criteriosa, esse operário necessariamente precisa ser forte e facilmente controlado, pois a ele cabe apenas obedecer as ordens e o planejamento feito pelos “gerentes científicos”, tendo em vista que ele não possui inteligência suficiente para desenvolver o melhor método de produção. O operário taylorista é chamado por Taylor de “homem boi”, possui muita força física e pouco raciocínio.

Essa característica modifica profundamente a condição de trabalho vivida pela classe trabalhadora, tendo em vista que o princípio de administração científica desenvolvido por Taylor tem como um dos pilares de sustentação a separação entre a concepção do trabalho e a sua execução. Existe uma centralização do poder de decisão, onde o trabalhador é ensinado a trabalhar da mesma maneira que o trabalho cientificamente pensado, não sendo mais ele quem decide como e quando agir, ele é devidamente treinado e instruído. Assim, separa-se a função a ser executada por cada trabalhador dentro do processo de produção e cada trabalhador atua na área para qual foi melhor preparado.

A separação das funções por área de atuação acaba por gerar outra importante característica desse modelo; a individualização dos salários. Cada trabalhador recebe a remuneração correspondente a quantidade por ele produzida ou sua remuneração varia de acordo com os prêmios que ele recebe e esse por sua vez varia de acordo com seu nível de produtividade, criando, dentro da fábrica, uma espécie de concorrência entre a classe trabalhadora bastante proveitosa para os patrões.

Taylor percebe também que é de extrema importância para o funcionamento de seu modelo que exista uma espécie de cooperação entre a direção das fábricas e seus operários. De forma que as leis desenvolvidas para o funcionamento de determinado processo de produção, que foram elaboradas através do conhecimento e controle do melhor modo de execução, fosse respeitada pelos trabalhadores, em lugar de ações subjetivas por parte de cada um.

A idéia de harmonia no processo produtivo é ponto fundamental no taylorismo, pois ela tende a esconder a luta de classes presente na lógica capitalista de produção, igualando a relação entre capital e trabalho. Para Taylor o ideal para alcançar os objetivos de seu modelo é que tanto empregados quanto patrões percebam que seus interesses não são antagônicos, acreditando que assim ocorrerá uma maior prosperidade tanto para uns quanto para os outros. Porém, nesse modelo usa-se a coerção como forma de obter a cooperação dos trabalhadores, mas Ford irá perceber que somente esta forma de incentivo é nociva para o processo de produção e irá introduzir o convencimento como uma das ferramentas utilizadas.

A racionalização da produção necessita que, de forma científica, seja estudado cada tipo de indústria ou processo de produção, cada especificidade, para então criar modelos, selecionar e treinar os operários, controlar a execução do trabalho, a medida que se aplica o modelo “cientificamente” desenvolvido para o processo de produção. Modelo esse que deve ser obedecido pelo “homem boi”, que de forma passiva, nada contribuiu na sua formação, sendo parte exclusiva de sua execução.

Fica claro então que para implantar o taylorismo foi necessário o rompimento com as práticas sociais e culturais existentes. Tão importante quanto criar um modelo de gerência da produção era criar o ambiente necessário para a sua implantação, para isso cria-se a idéia de harmonia entre as classes, porém a realidade é que o taylorismo tende a subjugar cada vez mais o trabalho ao capital.

A ampla utilização do taylorismo, como modelo de produção, tinha sua limitação na necessidade de um espírito de cooperação, para redução dos conflitos e das resistências dos trabalhadores. Porém, o seu caráter essencialmente autoritário, impondo a disciplina ao trabalhador através do uso da força e da coerção, se constitui no ponto fraco do modelo.

Assim, utilizando os conceitos de racionalização da produção, desenvolvido por Taylor, Ford desenvolve seu modelo mostrando, desde a sua criação, ser muito mais do que uma mera particularidade na aplicação do taylorismo, ainda que para ser criado ele tenha utilizado o taylorismo como base.

Henry Ford desenvolve o fordismo utilizando as práticas da administração racional, criadas por Taylor. Um novo modelo, caracterizado pelo processo de produção em massa associado à linha de montagem, associando novos paradigmas tecnológicos no processo de produção.

Ele cria um modelo que supera o seu local de criação, expandindo-se por todo o mundo, assim como as idéias de seu próprio criador o faz, apesar da inexistência de uma forma homogênea<sup>1</sup> de sua aplicação, independente do país ou região no qual ele se insira.

Ford consegue perceber que o ponto fraco do modelo desenvolvido por Taylor é a cooptação forçada de seus trabalhadores e utiliza-se de outras formas de consegui-la, tendo nos elevados níveis salariais e no espírito paternalista da grande empresa um importante meio para conseguir esse convencimento. A cooptação do operariado pelo seu convencimento e pela adesão espontânea, sem contudo ignorar o processo coercitivo, garantiria ao fordismo o sucesso que ele tanto precisava.

Sobre essa nova forma de cooptação da classe trabalhadora pela empresa fordista Gramsci enfatiza que os homens que vivem do trabalho não podem ser “domesticados” e “adestrados” através exclusivamente da coerção. É indispensável “educá-lo” para persuadi-los e obter seu consentimento para este novo modo de trabalho e vida (BORGES; DRUCK, 1993, p. 27).

No que tange a vida do trabalhador, a aplicação do fordismo, assim como o taylorismo, extrapola os limites da fábrica e domina amplamente sua vida pessoal. Cria-se então, um novo modo de gerir não só as fábricas, mas também a sociedade. O grau de controle fora das fábricas era tão intenso que existia, por parte dos patrões, uma enorme preocupação com o comportamento cotidiano do trabalhador, para que o seu desempenho no processo de produção não fosse afetado, chegando até em alguns casos ao controle da vida sexual dos seus funcionários.

Existia uma necessidade inerente ao modelo de racionalizar além da produção a própria vida do trabalhador. O que se percebe é “que esses novos métodos de trabalho são indissolavelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI apud DRUCK, 1999, p. 48).

---

<sup>1</sup> A implantação do fordismo em diferentes partes do mundo sofre influencia das condições sociais e políticas de cada país, podendo, portanto conter diferentes características, mas mantendo sua essência, caracterizando assim, formas nacionais de fordismo.

As mudanças na forma de produção e no convívio social de seus trabalhadores fazem dele um modelo novo e diferente, podendo-se dizer então que

o fordismo – enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade (ou do Estado) – sintetiza as novas condições históricas, construídas pelas mudanças tecnológicas, pelo novo modelo de industrialização caracterizado pela produção em massa, pelo consumo de massa (o que coloca a necessidade de um novo padrão de renda para garantir a ampliação do mercado), pela integração e inclusão dos trabalhadores. Tal inclusão, por sua vez, era obtida através da neutralização das resistências (e até mesmo da eliminação de uma parte da classe trabalhadora – os trabalhadores de ofício) e da “persuasão”, sustentada essencialmente na nova forma de remuneração e de benefícios (DRUCK, 1999, p. 49)

O momento econômico e, principalmente, político vivenciado pelos Estados Unidos no período pós-guerra está na base da explicação da propagação do fordismo, momento em que o modo de viver e trabalhar americano se consolida como importante forma de oposição ao modo socialista. A consequência desse processo é a inevitável associação do modelo com as políticas de pleno emprego e as de proteção social do Estado.

Outro importante fator de contribuição para o desenvolvimento do fordismo foi o elevado crescimento econômico vivido nos Estados Unidos, impulsionados pela “era de ouro” do capitalismo. Principalmente pelo fato de que o processo de produção em série necessitava do consumo de massa para continuar existindo.

Porém, já no final dos anos 60 esse modelo começa a demonstrar sinais de desgastes, tendo na queda de produtividade, e conseqüente perda da competitividade, sua mais importante característica.

Em paralelo a esses fatos, no que tange ao mundo do trabalho, houve um crescimento de lutas e resistências nos locais de trabalho e um aumento do poder dos sindicatos, que tentavam elevar os salários com os ganhos de produtividades. As lutas dos trabalhadores alcançam outros setores sociais, como os jovens e estudantes, que questionam as formas adotadas pelo modelo, a dominação da vida do trabalhador dentro e fora do local de trabalho, e o modo de viver americano.

O fordismo demonstrava-se então, incapaz de resolver as contradições inerentes ao capitalismo, “no caso particular da rigidez no trabalho (gestão e organização), havia uma resistência e um poder sindical extremamente forte que impediam mudanças ou qualquer flexibilização” (HARVEY apud DRUCK, 1999, p. 70).

Assim, a crise da produtividade e a queda nos lucros, associadas a pressão pelo aumento das participações nos lucros, pelas classe trabalhadora, faz aumentar os custos fixos dos patrões que repassam ao consumidor, gerando um aumento de preços e intensificar os problemas vividos pelo modelo fordista de gestão e produção.

Nesse contexto, o modelo fordista manteve-se forte até 1973, após esse período de aguda recessão inicia-se um processo de transição no padrão de acumulação do capital (HARVEY *apud* ANTUNES, 1999, p. 28-31). Ocorrendo não só a flexibilidade dos processos de trabalho, como também, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. A saída encontrada para satisfazer as novas necessidades do capital seria o enfraquecimento das resistências dos trabalhadores, que permitiria o surgimento de novas formas de gestão e produção que possibilitariam a superação da crise.

Nesse mesmo período, o Japão já se destacava no cenário internacional como uma potência mundial, principalmente na década de 1970, quando já era visto como referência em relação a gestão e organização da produção e do trabalho, fazendo com que o modelo desenvolvido pela Toyota se tornasse mais evidente na economia mundial.

Surgem então novos processos de trabalho, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Harvey descreve perfeitamente esse processo, para ele:

a acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Caracteriza-se pelo surgimento de setores inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviço”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1989, p. 140).

Assim, o toyotismo ou ohnismo surge como uma nova forma de produção e gestão que se desenvolve de acordo com as características japonesas, mas sua utilização não se restringe ao seu país de origem e passa a ser utilizado, em larga escala, por todo o mundo.

Na “adaptação” do modelo japonês por outros países muitas características são modificadas de acordo com o local de sua aplicação e com a correlação de forças existente em cada região. Na maioria dos casos sua utilização possui características diferentes do modelo original.

O Toyotismo foi criado em um ambiente onde o mercado internacional era dominado pelos Estados Unidos e o mercado interno japonês bastante comprimido pelos efeitos da guerra, fazendo da produção em grande escala uma estratégia economicamente inviável. Além de não existir demanda interna para uma grande quantidade de produção, ingressar no mercado internacional dominado pelos Estados Unidos seria extremamente difícil. Assim, a busca pela redução de custos em outras esferas da produção, que não seja pela produção em larga escala, e a necessidade de aumento do controle do que se é produzido, faz surgir esse novo modelo. Ele introduz no processo de produção um novo paradigma de organização, de gestão e produção e desenvolvimento industrial, a automação flexível.

O toyotismo, com a utilização de todo seu aparato tecnológico através do processo de automação flexível, possui algumas características singulares, onde muitas delas acabam por diferenciá-lo profundamente do fordismo.

Em relação a forma de organizar e gerir o trabalho no toyotismo utiliza-se o *just in time* ou a produção certa na hora certa de acordo com a demanda. O nível de produção é

flexível e decidido pela quantidade necessária de cada produto. O processo de produção tem que ser preciso para garantir a capacidade de atender as necessidades da demanda. Para isso será necessário utilizar formas diferenciadas de produzir, tendo no *kaban*<sup>2</sup> e no programa de qualidade total formas bastante utilizada para alcançar essa eficiência.

Pelo uso do *just in time* inverte-se a lógica dominante de produção, onde primeiro se produz e em seguida se vende. No toyotismo a lógica é justamente o contrário, só é produzido o que já foi vendido. Dessa forma, eliminam-se gastos desnecessários com estocagem e excedente de produção tão comum no fordismo.

Em relação a estabilidade no emprego, a classe trabalhadora japonesa possuía o benefício do emprego vitalício, porém com a propagação do modelo japonês pelo mundo, principalmente nos países periféricos, esse benefício assim como outros do modelo japonês original sofre alterações, dentre eles estão a promoção por tempo de serviços e a contratação do trabalhador para a empresa e não para um posto específico de trabalho.

No toyotismo trabalha-se em equipe, os grupos de trabalho são polivalentes, desempenhando múltiplas funções e tendo o rendimento da equipe como principal referência para promoções e possíveis aumentos de salários, tornando necessária a contratação de uma mão de obra mais preparada, com elevados índices de escolaridades e melhor formação profissional.

As mudanças no perfil do trabalhador respondem as importantes transformações sofridas na estrutura produtiva. A crescente utilização de novas tecnologias e no processo de produção nas grandes empresas, na busca de aumentar a produtividade, é uma importante característica desse modelo, que além de exigir do trabalhador mais qualificação, acaba por gerar desemprego em larga escala. Dessa maneira o desemprego torna-se algo intrínseco a esse novo modelo de produção, reduzindo o número de trabalhadores no setor industrial e conseqüentemente aumentando o número de trabalhadores no setor de serviços.

---

<sup>2</sup> Sistema de informação dos vários estágios de produção e estoque (DRUCK, 1999, p. 93).

Em relação ao produto produzido percebem-se importantes mudanças. A diferenciação da produção é uma característica marcante no modelo japonês, pois rompe com a busca pela produção de peças idênticas e em larga escala. Porém, não rompe com a característica comum aos outros modelos de alienação do trabalhador em relação ao produto produzido. Assim, “o envolvimento cooptado, característico do toyotismo, possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Porém, o resultado do trabalho permanece alheio e estranho ao produtor, preservando o fetichismo da mercadoria” (ANTUNES, 1999, p. 42).

O rígido controle de qualidade durante o processo de produção é outra importante característica desse modelo, com o mesmo ocorrendo durante o processo de produção e não mais no final dela, eliminando assim, os gastos e a perda de tempo na reparação de produtos defeituosos

No que tange a relação entre as firmas, ela propicia a propagação da terceirização da produção. As grandes empresas buscam estender as práticas *just in time* e a qualidade total ao conjunto de sua rede de fornecedores e de subcontratadas, a fim de garantir um fornecimento satisfatório de produtos e serviços (DRUCK, 1999, p. 93).

A exportação do toyotismo para os demais países de economia capitalista tende a acentuar as faces negativas desse modelo. Principalmente no que tange as condições vividas pela classe trabalhadora. Nesses países, essa nova forma de gerir e produzir horizontaliza o processo produtivo e transfere para os terceiros<sup>3</sup> grande parte de sua produção. É uma face da reestruturação produtiva que acaba por dominar as relações de trabalho e subjugar cada vez mais a condição de trabalho aos interesses do capital.

Nesse processo as empresas de menor porte acabam submissas às vontades das grandes empresas. Elas possuem condições inferiores de trabalho e salário, obrigando, em muitos casos, o trabalhador a conviver em situações precárias e instáveis de produção.

No caso das pequenas e médias empresas, que formam a rede de subcontratação, encontram-se todos os tipos de trabalho. Marcadas em geral,

---

<sup>3</sup> Refere-se ao processo de terceirização da produção, onde a empresa contrata externamente produtos e serviços necessário ao seu processo produtivo.

por uma instabilidade muito grande, nessas empresas não existe emprego vitalício, há menor qualificação da mão de obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares e de trabalho ocasional ou parcial – em geral realizado por mulheres - , com padrões salariais muito mais baixos que os vigentes nas grandes corporações (DRUCK, 1999, p. 96).

Porém, essa face mais obscura do trabalho é vital para o modelo japonês de produção, é uma característica intrínseca a ele, que acaba por criar um constante paradoxo entre o trabalho qualificado e estável das grandes corporações e os subempregos oferecidos pelas pequenas e médias empresas. Essa situação tende a intensificar o processo de alienação do trabalho que, para a classe trabalhadora, é sinônimo de aumento de exploração e apropriação do excedente produzido.

Assim, o toyotismo não só propicia o surgimento de uma enorme rede de subemprego, como tem no desemprego uma de suas inevitáveis conseqüências, pois o elevado nível tecnológico ou automação do processo produtivo transferem uma parte dos trabalhadores para postos de trabalho precários setor de serviços, assim como exclui do mercado uma grande quantidade de trabalhadores que irão compor o exército industrial de reserva, principalmente nos países de terceiro mundo.

Porém é importante ter em mente que as metamorfoses vividas pelo mundo do trabalho, assim como a fragmentação de classe trabalhadora não ocorre de uma hora para outra, mas é fruto de um processo contínuo de acumulação capitalista.

É algo que percorre o século XIX e o século XX. O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar – e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe) (ALVES, 2000, p. 69).

Não foi o toyotismo o causador de todas as metamorfoses do mundo do trabalho, mas ele com certeza contribuiu para impulsionar e difundir tais mudanças.

Por isso, apesar de não se poder considerar o toytismo a causalidade central das metamorfoses do operário industrial (vinculadas às próprias determinações, de longa duração, do desenvolvimento da grande indústria), ele

contribui, certamente, para que elas ocorram, com maior intensidade e amplitude, dotando-as da nova lógica de racionalização do trabalho (ALVES, 2000, p. 70).

A nova realidade vivida pelo mundo do trabalho na atualidade atinge não só os países periféricos, ainda que nessas regiões a situação vivida pela classe trabalhadora seja pior, mas atinge também os países centrais. Assim, é importante realçar que a profundidade das conseqüências trazidas pelas novas características do mundo do trabalho, para a classe trabalhadora, será determinada pelas condições sociais previamente existentes em cada região e pela correlação de forças entre o capital e o trabalho. A classe trabalhadora dos países periféricos é mais vulnerável as novas mudanças, pois as condições políticas e sociais necessárias para servir de oposição aos interesses do capital são mais adversas a classe trabalhadora.

O processo de transformação que ocorrer tanto no mundo do trabalho, quanto na esfera produtiva, não ocorre de forma linear, assim como a utilização do toyotismo pode ocorrer de forma diferenciada. Uma forma de gestão e produção pode incorporar, associar ou simplesmente suplantará a outra, e o fato de existir características de um modelo em determinado local não significa, necessariamente, que os outros modelos não poderão estar presentes.

Independente da região onde estão sendo aplicados, inevitavelmente tais modelos tendem, a intensificar o processo de trabalho, exigindo cada vez mais do trabalhador e separando cada vez mais o produto final de seu produtor, o que torna mais difícil à classe trabalhadora qualquer forma de modificação da condição de classe que vive do trabalho. A diferença básica entre cada modelo está nos meios utilizados por cada um para alcançar isso.

## 2.2 A INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO.

As transformações que ocorreram no sistema capitalista de produção, oriundas de um processo de reestruturação produtiva que atinge não só a esfera produtiva como também

a ideológica, influenciou diretamente o mundo do trabalho, causando importantes mudanças na relação capital x trabalho.

As mudanças trazidas por esse processo, tanto na forma de produzir quanto na forma de gerir o processo produtivo, atingiu todos os países de economia capitalista do mundo. A crescente exploração da classe trabalhadora torna-se uma característica geral da reestruturação produtiva, nesse contexto, ainda que tais mudanças tenham atingido de forma mais nociva os países periféricos.

Esse novo processo surge como uma saída para as crises vividas pelo sistema capitalista de produção no final da década de setenta e serve como uma nova maneira de controlar o movimento operário e, conseqüentemente, a própria luta de classes.

Reestruturar a produção é uma necessidade básica do neoliberalismo, que se coloca como oposição à social-democracia. A propagação dos ideais neoliberais se torna aliada desse processo e irá permitir a disseminação em larga escala desse novo sistema de produção. Assim, o neoliberalismo atingiu intensamente a esquerda e os grupos sindicais tornando-os cada vez mais burocráticos e institucionalizados, deixando a classe trabalhadora sem uma fiel representação, culminando na perda dos direitos trabalhistas.

Essa expansão neoliberal, assim como as transformações no modo de produção capitalista também não atinge só os países ditos de primeiro mundo. Inicialmente surgiu nesses países, mas em seguida chegou aos países periféricos, resultando em privatizações, redução do tamanho do Estado, dentre outras características.

No que tange a classe trabalhadora, o colapso da social-democracia, e sua conseqüente substituição pelos ideais neoliberais, associado às mudanças ocorridas com o processo de desregulamentação e flexibilização da mão de obra, contribuiu para o enfraquecimento e precarização da situação vivida pela classe trabalhadora.

Nesse cenário, a forma flexível de acumulação capitalista, oriunda da empresa enxuta e da reestruturação da produção, reduz o proletariado fabril estável e aumenta a parcela de

um novo subproletariado fabril, que tem no setor de serviços uma das mais claras faces da precarização do trabalho. Isso ocorre pelo fato de que a abertura de novos postos de trabalho gerados nesse processo, em sua maioria, é flexível, instável, precários e sem garantia. Porém, o que se percebe é que

esses arranjos de emprego flexível não criam por si mesmo uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança do emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo (HARVEY, 1989, p. 144).

Em relação ao novo perfil dos trabalhadores diante desse processo verificou-se que:

as novas indústrias que se desenvolvem nos países capitalistas centrais tendem a possuir um novo perfil produtivo e tecnológico, com uma nova classe operária industrial, reduzida e desconcentrada, em que se verifica, de modo claro, a interpenetração entre o “material” e o “informático”, na qual o operário industrial central tende a ser mais qualificado e polivalente. No bojo da nova classe operária industrial se desenvolve um operário industrial periférico, um subproletariado tardio, de estatuto salarial precário (ALVES, 2000, p. 68-69).

Na visão das empresas, que buscam os meios mais viáveis de conseguir implantar tais mudanças dentro do mundo do trabalho, fica clara a necessidade de neutralizar os sindicatos, até então bastante combativos. Reduzir o poder de atuação dos sindicatos é a forma mais eficaz encontrada pelos capitalistas de conseguir implementar seu modelo de produção sem grandes resistências. Quando eles existem, a saída é cooptar as lideranças sindicais para que “em nome da classe trabalhadora”, eles acabem defendendo os interesses do universo patronal.

A crise vivida pelos sindicatos, associada à redução dos postos de trabalho formais e estáveis na economia, causou uma diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de oitenta do século XX, sem, contudo, representar a sua extinção. Uma importante característica dessa crise “é o alargamento da condição de trabalhadores instáveis e os resultantes do trabalho precário, reduzindo o poder dos sindicatos, que se ver incapaz de aglutinar as novas formas de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 69).

Entre os trabalhadores de mais baixa renda, o nível de sindicalização tende a ser menor, tendo em vista que a maioria dos postos de trabalho é ocupada pelos trabalhadores em tempo parcial e flexível, onde as garantias trabalhistas também são parciais e flexíveis, sendo a parcela da classe trabalhadora que os sindicatos possuem maior dificuldade de aglutinar e sindicalizar.

As conseqüências dessa crise sindical são extremamente nocivas para a classe trabalhadora e vai permitir o surgimento de graves problemas como:

uma crescente individualização das relações de trabalho, uma desregulamentação e uma flexibilização no mercado de trabalho, o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados, uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais e um isolamento em relação aos movimentos sociais (ANTUNES, 1999, p. 73).

Todo esse processo permite acentuar a fragmentação, fragilidade e a precarização vivida pela classe trabalhadora em todo mundo, ao passo em que é moldada tanto a consciência quanto a própria classe trabalhadora, como afirma Harvey.

A natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação da consciência e de ação política. A sindicalização e a “política de esquerda” tradicional tornaram-se muito difíceis de manter diante de, por exemplo, sistemas de produção patriarcal (familiares) característicos do sudeste asiático ou de grupos imigrantes em Los Angeles, Nova Iorque e Londres. As relações de gêneros também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo em que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação (HARVEY, 2005, p. 179).

As mudanças que ocorreram no modo capitalista de produção, principalmente no mundo do trabalho, associadas às transformações que ocorreram no interior dos sindicatos, influenciaram diretamente na relação capital x trabalho, difundindo o aumento da informalidade e uma conseqüente perda das conquistas trabalhistas.

Para Antunes nesse período “ocorreram mutações intensas, de ordem diferenciada e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do

movimento operário e, em particular, no âmbito do movimento sindical” (ANTUNES, 1999, p. 177).

O resultado de todo esse processo é uma conseqüente intensificação da condição de exploração vivida pela classe trabalhadora, facilmente perceptível “pelas transformações no mundo do trabalho, nas formas de inserção da estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. A classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise do século” (ANTUNES, 1999, p. 23).

Nesse sentido, a expansão do modo de produção capitalista traz conseqüências “nefastas”<sup>4</sup> para os trabalhadores, que viram ser reduzidos cada vez mais seus direitos e conquistas sociais. Assim,

a desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes desse período recente (HARVEY *apud* ANTUNES, 1999, p. 180).

A precarização do emprego com o surgimento de trabalho em tempo parcial e flexível, representando também salários parciais, perdas das garantias trabalhistas, de melhores condições de trabalho, assim como a perda dos direitos sociais e principalmente da representação sindical, surgem como características comuns aos novos postos de trabalhos criados.

Surge então a “criação de dois subgrupos de trabalhos; o dos empregados em tempo integral e o dos empregados em tempo parcial, empregados casuais com tempo determinados, temporários, subcontratados, dentre outros” (ANTUNES, 1999, p. 62). Onde, a maior ou menor presença desses grupos em um país será determinada pelas relações sociais nele existentes.

---

<sup>4</sup> Esse termo foi utilizado por Ricardo Antunes em *Adeus ao trabalho: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, 1999.

Cria-se o que pode ser chamado de uma “processualidade contraditória: uma redução do assalariado fabril e um aumento do subproletariado. Compondo um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação das classes trabalhadoras” (ANTUNES, 1999, p. 50).

Nesse processo de reorganização do capital, a classe trabalhadora fragmenta-se e torna-se cada vez mais heterogênea, ao passo em que ocorre uma relativa qualificação do trabalhador em determinados ramos de produção, principalmente nas áreas mais informatizadas. Surge-se então os trabalhadores multifuncionais e polivalentes, onde a parcela da classe trabalhadora que não consegue acompanhar esse processo sofre e torna-se desqualificado para o sistema, Esses trabalhadores normalmente passam a ocupar postos de trabalho mais precários, quando não são dispensados pelas empresas, o que torna comum, nesse segmento, a existência de elevadas taxas de desemprego.

A separação entre trabalhadores com postos de trabalho estáveis e com garantias e trabalhadores com postos de trabalho precário e sem garantias, e a constante heterogeneização da classe trabalhadora, acabam por gerar um sentimento de separação e diferenciação entre os trabalhadores, o que reduz a capacidade de conquista da classe trabalhadora com um todo. Essa segregação tende a se intensificar, pois existe dentro da própria classe trabalhadora o que pode ser chamado de um

neocorporativismo, onde procura-se manter as garantias dos trabalhadores estáveis em detrimento de conquistas para a classe dos trabalhadores em situação precária ou subproletariado, reduzindo a eficiência das ações dos sindicatos, como por exemplo, as greves (ANTUNES, 1999, p. 72)

A perda da identidade de classe dentre os trabalhadores permitirá que o capitalismo avance, aumentando o lucro de suas empresas ao mesmo tempo em que reduz a quantidade necessária de trabalhadores, através da reengenharia da produção ou empresa enxuta, onde os postos de trabalhos criados são cada vez mais precários, sem direitos, segurança, estabilidade e garantias.

Assim como tende a ser acentuada a propagação das subcontratações ou terceirizações, impulsionando o crescimento de uma subproletarização tardia<sup>5</sup>, o que afasta a possibilidade de surgimento de um sentimento de identidade de classe. Isso ocorre porque

uma parte do “núcleo” de assalariados é subcontratada: são trabalhadores avulsos, mesmo para funções de alto nível (que vão, por exemplo, dos projetos à propaganda e à administração financeira), tendo em vista os custos potenciais da dispensa temporária em períodos de recessão, mantendo-se apenas um pequeno “núcleo” central de gerentes. O que poderíamos denominar “periferia” do complexo de produção do capital, seria o receptáculo da subproletarização tardia, possuindo dois subgrupos distintos (ALVES, 2000, p. 79).

Uma outra característica negativa desse processo é o desemprego estrutural, que se transforma em uma condição necessária para a crescente acumulação de capital, tornando-se um aspecto dissimulado da nova exclusão social. Segundo Alves, na nova ordem do capital o desemprego estrutural é sua “fratura exposta”.

Na composição desse enorme exército industrial de reserva, característico da reestruturação produtiva, incluindo-se a mão de obra dos jovens e idosos, que são obrigados a trabalhar para complementar a renda familiar, mas não conseguem ingressar no mercado de trabalho com facilidade devido ao elevado nível de desemprego.

Assim, o que se percebe é a importância da existência, dentro da classe trabalhadora, de uma consciência de classe como um todo, que os une contra a exploração vivida pelos trabalhadores de todo o mundo, independentemente de qual seja o grau e a intensidade dessa exploração.

### 2.3 A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

<sup>5</sup> Para Alves também esse termo serve para denominar os trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados.

O processo de reestruturação produtiva que atingiu todos os países capitalistas do mundo atinge de forma mais intensa e nociva, no que tange a classe trabalhadora, os países do terceiro mundo, tendo em vista que esses países, ao implantar os novos métodos de produção, deixam de importar as partes mais positivas dos modelos de produção e acabam por incorporar mais nitidamente as partes negativas.

No Brasil, a implantação do modelo japonês de produção surge como uma saída à crise que atingia a economia mundial e atingia direta, ou indiretamente, a economia local. No plano interno, o cenário era de crise na economia. Segundo Druck, existia uma necessidade de buscar uma saída para uma situação de instabilidade econômica, determinada por um processo inflacionário crônico (DRUCK, 1999, p. 118). Diante de um contexto de crises e incertezas, as grandes empresas nacionais passaram a adotar em sua produção características do toyotismo, buscando alcançar um avanço quantitativo e qualitativo da produção.

O Brasil, assim como outros países do mundo, sofria na época uma intensificação da pressão pela modernização das empresas, assim como uma maior pressão feita pelo capital financeiro por uma política agressiva de abertura comercial. Esse cenário leva as empresas nacionais a adotarem novas estratégias de produção, aderindo mais intensamente ao processo de reestruturação produtiva, principalmente na década de noventa.

O governo teve um papel decisivo para essa maior adaptação da economia brasileira as exigências internacionais. Utilizou-se de um Programa de Modernização para consolidar uma maior abertura comercial, obrigando as empresas nacionais a se reestruturarem para se fortalecer frente a concorrência externa.

Assim, os novos investimentos que surgiram na esfera produtiva buscavam aumentar o nível de competitividade e tinham o intuito de preparar a indústria brasileira para a concorrência internacional, que se acirrou com a abertura comercial vivida pela economia nacional. O setor que mais sentiu essas mudanças foi à indústria automobilística, setor líder de inovações tecnológicas e organizacionais no país, sendo as novas estratégias de produção baseada no modelo toyotista.

Para a classe trabalhadora brasileira sobrou o peso das conseqüências negativas, as mudanças ocorridas são sinônimo de desemprego e segregação, que atinge não só as grandes indústrias, mas toda a cadeia produtiva que se cria através do processo de terceirização. Assim, mesmo tendo ocorrido um número crescente de investimento, nesse período, houve uma redução no número de emprego assalariado, principalmente no setor industrial.

O impacto sobre o mundo do trabalho surge a partir de 1993, quando, ao lado dos recordes persistentes de produção na indústria automobilística no Brasil, destaca-se o declínio persistente dos postos de trabalho nas montadoras. E não apenas nas montadoras, mas nas indústrias de autopeças, que vivem intenso processo de centralização e concentração do capital, com enorme onda de aquisições e fusões, impulsionada pelas novas estratégias das corporações transnacionais do setor automobilístico mundial (ALVES, 2000, p. 183).

O processo de terceirização que surge com a implantação do modelo japonês no Brasil tende a intensificar a precarização dos postos de trabalho criados no país, tendo em vista que as empresas ditas terceiras possuem condições de trabalho inferiores às empresas que as contratam. Para Druck a terceirização é a dimensão central do modelo japonês no Brasil, cujas implicações sociais podem ser avaliadas também como fortemente danosas para os trabalhadores e para a sociedade em geral (DRUCK, 1999, p. 128).

Para a classe trabalhadora brasileira a implantação do modelo japonês no país mostra-se nociva, pois em geral as práticas adotadas no país não trazem consigo as garantias que os trabalhadores japoneses recebem.

Como é o caso, por exemplo, da estabilidade de emprego existente nas grandes empresas – o emprego vitalício e os aumentos salariais por antiguidade –, que são essenciais para estabelecer uma relação de confiança e parceria entre patrões e empregados – embora hoje estejam sendo cada vez mais questionadas no Japão. São modalidades que sempre estiveram totalmente ausentes – enquanto práticas regulares – nos mais modernos setores da atividade econômica em nosso país. Assim como não se tem discutido, por exemplo, algumas graves implicações do toyotismo sobre a saúde e a vida dos trabalhadores, como é o caso do crescente número de *karochi* – morte súbita no trabalho por esgotamento físico ou psicológico, resultante de um processo intenso e exaustivo de trabalho. (DRUCK, 1999, p. 122).

É nesse contexto que o processo de reestruturação produtiva que ocorreu no país acaba por provocar uma crise no mundo do trabalho, da mesma forma que ocorreu nos países de capitalismo central, impulsionando um processo de crise no movimento sindical.

Sindicalismo esse que já na década de oitenta mostrava ser uma das mais importantes barreiras à implantação do processo de reestruturação produtiva no país. Para que ocorresse a implantação do modelo toyotista no Brasil seria necessário, assim como em outras partes do mundo, um processo de enfraquecimento dos sindicatos ou até mesmo sua derrocada. E isso aconteceu.

O tão necessário enfraquecimento do sindicalismo brasileiro e a conseqüente hegemonia neoliberal, no mundo do trabalho, vem ocorrer na década de noventa do século XX com a propagação de práticas neoliberais implementada pelo Governo Collor, causando um conseqüente enfraquecimento da classe trabalhadora.

O Complexo de reestruturação produtiva no Brasil possuía, portanto, um nítido caráter político, tendo em vista que o surgimento, nos centros industriais mais densos, de um movimento sindical com poder de pressão política e social, obrigava os capitalistas a instaurar um novo controle sobre a organização de trabalho, que incorporava – ainda que de modo restrito (e incipiente) nos anos 80 – a lógica do toyotismo articulado com a automação microeletrônica na produção (ALVES, 2000, p. 253).

Para a classe trabalhadora, as conseqüências de todas as mudanças ocorridas na esfera da produção, que atingia diretamente a vida do trabalhador, eram as piores possíveis, fazendo do desemprego estrutural uma realidade, assim como a precarização dos postos de trabalho e salários.

A classe trabalhadora teve uma piora na sua condição de trabalho, acompanhada de grandes perdas salariais e de direitos trabalhistas em todo o mundo. Porém, isso não ocorre de forma igual, “o modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível tomou, nos países do norte, a forma de trabalho parcial e, nos países do Sul, a forma de trabalho informal, sem estatuto e sem a menor proteção social.” (HIRATA, 2002, p.05)

Outra conseqüência nociva para a classe trabalhadora, que não é privilégio brasileiro, é o surgimento de pólos segmentados de trabalho, dificultando ainda mais sua capacidade

de mobilização, fato esse que serve para acentuar os problemas vividos pelos trabalhadores no país.

A polarização entre um núcleo operário, mais qualificado e estável, uma “elite” profissional, e um subproletariado tardio, menos qualificado e precário, contribui, de certo modo, principalmente em um país capitalista como o Brasil, marcado por profunda desigualdade social, para a operação ideológica da nova hegemonia do capital na produção (ALVES, 2000, p. 258).

Assim, a ofensiva capitalista na produção brasileira representa para a classe trabalhadora novas determinações sociais, representa as perdas das conquistas trabalhistas e o surgimento de postos de trabalhos precários, mal remunerados e sem garantias. O resultado disso é um mundo do trabalho mais diversificado, segmentado e polarizado, gerando uma série de problemas sociais característicos do novo modelo de produção adotado pelo sistema capitalista de produção como, por exemplo, a perda da identidade de classe dentro do mundo do trabalho brasileiro.

### **3 A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO**

#### **3.1 MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA FAMÍLIA E A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO**

Durante a década de setenta do século XX, a mulher passou por um importante momento que contribuiu significativamente para as futuras conquistas feministas; o desenvolvimento da conscientização sobre sua necessidade de emancipação. Paralelo a essa nova realidade feminina, existia também a vontade e/ou a necessidade de liberdade econômica e social que levou as mulheres a acentuarem o combate às formas de opressão sofrida por elas. Acima de tudo, a mulher buscava combater a idéia predominante que naturalizava o destino da mulher como nascida apenas para ser mãe, esposa e responsável pela solidez e manutenção da família.

Nas décadas que seguiram, essa nova forma feminina de “pensar” se propagou e encontrou, cada vez mais, espaço entre as mulheres em todo o mundo. Ainda isso tenha acontecido de forma diferenciada e o grau de propagação desse pensamento tenha variado de região para região. A mulher passou a se ver como o sujeito da história e não mais como o objeto. Esse é o ponto crucial no processo de emancipação feminina, essa foi a gênese que levou as mulheres, na atualidade, a compor quase a metade da PEA mundial.

Observando as mudanças ocorridas nesse período Araújo afirma que:

As mudanças culturais e nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade, impulsionadas pelas lutas feministas desde os anos 70 e pela atuação crescente das mulheres nos espaços públicos levaram ao crescimento da participação das mulheres no trabalho extra-doméstico (ARAÚJO, 2004, p.05).

A mudança na forma como a mulher se vê, bem como, o desejo de realização pessoal e profissional tem levado as mulheres a se preocuparem cada vez mais em se preparar para ingressar no mercado de trabalho. Aliado a isso, existia também a necessidade de complementação da renda familiar que acabava por acelerar a busca feminina pelo mercado de trabalho.

“A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações

no perfil da força de trabalho desse sexo” (BRUSCHINI; LOBARDI *apud* ARAÚJO, 2003, p. 05).

Por outro lado, as transformações vividas pelo mundo do trabalho, em virtude do processo de reestruturação produtiva e da propagação das práticas neoliberais, que refletem na classe trabalhadora sobre a forma de desemprego, precarização dos postos de trabalho e perdas salariais e de benefícios, também exerceram um importante papel no processo de emancipação feminina. Tais conseqüências tornam-se fatores fundamentais para a inserção e consolidação da mão de obra feminina no mercado de trabalho, dentro da economia capitalista. Assim, a maior inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho não foi apenas o reflexo das conquistas feministas, foi também uma conseqüência do empobrecimento da família oriundo do processo de reestruturação produtiva.

Durante a década de noventa do século XX, tornou-se comum as famílias que passaram a possuir em sua composição um ou mais membros desempregados ou subempregados, sendo esse número variável de acordo com o grau de exposição da família. Isso ocorreu como um reflexo do processo de reestruturação produtiva que atingiu a classe trabalhadora e repercutiu diretamente sobre as famílias, obrigando outros membros, que não os provedores, a ingressarem no mercado de trabalho buscando complementar a renda familiar.

O resultado desse processo para muitas famílias se resume em uma brusca redução da qualidade de vida e um inevitável aumento do desemprego dentre os membros que até então assumiam o papel de provedor do lar, geralmente os homens, pais de família. A conseqüência dessa perda da qualidade de vida é o ingresso de outros membros da família no mercado de trabalho, como os jovens, idosos e conjugues, em sua grande maioria mulheres.

As novas formas de gestão e produção, que se tornam hegemônicas dentro do sistema capitalista de produção, atingiu as famílias de uma forma bastante ampla, não só através da situação vivenciada pelos seus membros que faziam parte do mercado de trabalho, mas também por provocar nelas importantes mudanças na sua estrutura. Como, o

crescimento do número de arranjos familiares que se criam pela necessidade de se buscar outras formas de proventos para o sustento familiar, assim como se proteger das crises existentes no mercado de trabalho.

Esse processo acaba por abrir espaço para o surgimento de novas “possibilidade de arranjos familiares para o enfrentamento da crise do mercado de trabalho, particularmente nas famílias com crianças, adolescentes e idosos, sobretudo a redução do número de filhos por família” (BORGES, 2006, p. 207).

As mudanças nas estruturas das famílias influenciam diretamente na capacidade de reprodução da classe trabalhadora como um todo. Nesse contexto, famílias numerosas dão lugar às famílias com menor quantidade de membros. Atualmente, a diminuição da quantidade de membros das famílias ainda é uma importante característica vivenciada pelas famílias, onde o modelo tradicional composto pelos pais ainda se faz presente, porém, tem dado cada vez mais espaço para os novos modelos familiares.

O surgimento desses novos “arranjo familiares” traz uma conseqüência negativa para as famílias, pois elas tornam-se vulneráveis às crises existentes no sistema capitalista de produção. Os arranjos que possuem a mulher como principal provedora do sustento do lar mostram-se ainda mais precários que os demais, tendo em vista que os impactos da precarização do mundo trabalho têm maior incidência sobre a mão de obra feminina. Assim, o surgimento desses novos arranjos familiar constitui-se em uma das mudanças mais importantes ocorridas nas últimas décadas. Nas regiões onde esse tipo de arranjo é muito comum existem uma

maior vulnerabilidade de seus trabalhadores diante das transformações em curso, pois é exatamente neste tipo de arranjo familiar que são encontradas as proporções médias mais elevadas de pobres e indigentes, particularmente no caso das famílias formadas por mulheres com baixa escolaridade e com filhos pequenos ou em idades de difícil inserção no mercado de trabalho, como a adolescência (BORGES, 2006, p. 207).

Assim, o aumento de famílias chefiadas por mulheres traz duas importantes conseqüências para o mundo do trabalho feminino; mostra que as conquistas alcançadas

pelo movimento feminista influenciadas pela mudança na forma de a mulher se ver e se preparar para o mercado de trabalho, associadas a outros fatores econômicos, possibilitam o aumento de número de mulheres nesse posto de chefe de família.

Por outro lado, esse processo acaba por culminar na “feminização da pobreza”, fenômeno bastante comum que representa o aumento da estrutura de pobreza dentre as mulheres. Essa situação engloba as mulheres que se tornam chefes de família através da ausência de um provedor<sup>6</sup>, seja pela morte do conjugue, pela separação, ou pelo fato da mulher desejar buscar sozinha sua independência social e financeira.

Esse contexto de “feminização da pobreza” se faz muito presente nos arranjos monoparentais. Já que, na maioria dos casos, trata-se de mulheres que até então não haviam se preparado para ingressar no mercado, não haviam investido em um futuro profissional, como faziam os homens, e se viram obrigadas a vivenciarem essa nova realidade.

O resultado de todas essas mudanças na estrutura familiar influenciou diretamente na forma da inserção dos membros das famílias no mercado de trabalho, principalmente a mão de obra feminina. O diferencial dos rendimentos entre homens e mulheres pesa de forma considerável quando uma mulher assume o papel de chefe de família. Para a sociedade, o papel da mulher no mercado de trabalho é o de complementar a renda familiar e não o de única provedora do lar.

Independentemente do estado conjugal e da situação quanto a maternidade, as mulheres seriam vistas como esposa e mãe no mercado de trabalho. Portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seus rendimentos considerados como complementar (CASTRO, 1999, p. 92).

Essa segregação existente no mercado de trabalho deixa claro que a classe trabalhadora é bastante heterogênea, caracterizando uma enorme diferenciação nas condições vividas por homens e mulheres no mercado, que vai desde a inserção até a permanência nos postos de trabalho.

---

<sup>6</sup> Como as mulheres foram criadas e educadas para se tornarem esposas, coube ao homem o papel de gerar proventos a família, por isso o título de provedor.

Contudo, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho influenciaram diretamente para uma maior inserção feminina no mercado, fazendo surgir um processo de “feminização do mercado de trabalho”, com as mulheres passando a disputar postos de trabalhos, até então destinados aos homens.

Ainda que a maioria das trabalhadoras esteja alocada em setores que possuem alguma relação com as atividades exercidas no lar, como professora, secretárias, enfermeiras, dentre outras, é comum a presença de mulheres em setores que até então eram reservados exclusivamente para a mão de obra masculina<sup>7</sup>; os homens perdem cada vez mais sua reserva de mercado para a mão de obra feminina.

Nesse cenário de crescente participação feminina no mercado de trabalho percebe-se a existência da redução das assimetrias existentes entre homens e mulheres. Isso ocorre pela constante perda de postos de trabalho por parte da mão de obra masculina e pelo surgimento de novos postos de trabalhos que demandam mão de obra feminina. Mudanças essa que se fez bastante perceptível já na década de oitenta do século XX e se consolida na década seguinte.

Atualmente, as firmas têm preferência pela utilização de mão de obra feminina, por causa das “qualidades” ditas femininas. São exemplos dessa nova busca pela mão de obra feminina os bancos e as unidades de montagem e de empacotamento, que demandam a delicadeza na linha de produção e a enorme facilidade de relacionamento, muito característico na mão de obra feminina. Pode-se afirmar que vem ocorrendo uma “feminização” das habilidades e competência na produção capitalista, o que leva alguns homens a buscarem o desenvolvimento de características até então vista como naturais do sexo feminino como, disciplina, versatilidade, trabalho em equipe e limpo, cuidado em evitar acidentes, dentre outros.

Por outro lado, é importante perceber que uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho sofre influência das mudanças na política de contratação das empresas, visando à redução de custos. Assim, com a propagação dos ideais neoliberais

---

<sup>7</sup> O aumento da participação feminina em determinados seguimentos de grande incidência masculina não significa que houve uma redução nas desigualdades no que tange aos rendimentos e às condições de trabalho.

e o intenso processo de globalização da mesma forma que destroem antigos postos de trabalho, também criam novos postos de trabalho, “favorecendo” dessa forma a mão de obra feminina.

O aumento nos postos de trabalho durante a década de noventa do século XX afeta de maneira desigual a mão de obra feminina e masculina. Nesse contexto, Hirata chama a atenção para o fato de que durante esse período:

O emprego masculino passou por uma regressão ou, na melhor das hipóteses uma estagnação<sup>8</sup>. No entanto, a liberalização do comércio e intensificação da concorrência teve como consequência um aumento do trabalho remunerado das mulheres (HIRATA, 2002, p.04).

Porém, para a mão de obra feminina tais transformações trazem um aparente sinal de melhora, já que permitem o aumento da incorporação da mulher no mercado, ao passo que permite o aumento da exploração da força de trabalho feminina. Em verdade, essa melhora insiste em manter-se na esfera da aparência, tendo em vista que a situação da mão de obra feminina nesse processo é ainda mais precária que a da mão de obra masculina.

Diante disso, pode-se dizer que a ida das mulheres ao mercado de trabalho representa uma externalidade positiva para capitalismo, já que o grande contingente de mulheres tende a aumentar o exército industrial de reserva, fazendo cair o custo da força de trabalho e contribuindo para a acumulação capitalista.

Em relação à abertura de novos postos de trabalho às mulheres, as condições de trabalho vivenciado por elas e à importância desse processo para as empresas, Hirata afirma que

Essa abertura de postos de trabalhos às mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou desqualificação - se antes todas as máquinas eram preparadas por contramestres, essa atividade, até então qualificada, passou a ser repetida e sem responsabilidade, justificando

---

<sup>8</sup> Segundo a autora existem poucas exceções onde essa tendência não ocorre, ela cita a África Subsaariana

salários baixos e conseqüente desvalorização do emprego (HIRATA *apud* ARAÚJO, 1998, p.11-12).

Assim, a maior inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho ocorre em paralelo a uma intensificação da situação de precarização dos postos de trabalhos femininos. A redução das assimetrias que vem ocorrendo nas últimas décadas não garante às mulheres igualdade no mercado de trabalho, a mulher continua sofrendo a opressão do masculino sobre o feminino dentro do mercado de trabalho. Para Hirata isso ocorre porque o aumento das oportunidades de emprego feminino se deu concomitantemente à manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino (HIRATA, 1997, p. 13). Além de possuir piores formas de inserção, as mulheres possuem piores salários e condições de trabalho, ocupando postos de trabalhos mais precários.

As diferenças nas condições de inserção no mercado de trabalho reservam às mulheres postos de trabalho inferiores até mesmo quando são melhores preparadas, uma análise do nível de escolaridade dentro da classe trabalhadora serve para corroborar essa realidade. Na relação entre sexo esse indicador deixa de ser determinante. Nem mesmo o maior nível de escolaridades registrado entre as mulheres consegue reduzir as assimetrias existentes no mercado de trabalho.

Adicionalmente, o que se percebe é que a existência de uma heterogeneidade não se resume apenas à relação homem-mulher, ela existe também dentro da própria mão de obra feminina. Existe um paradoxo no mundo das trabalhadoras, já que as próprias mulheres não se inserem no mercado de trabalho em igual situação.

A heterogeneidade presente na força de trabalho feminina acaba por influenciar na situação vivida pelas trabalhadoras, onde uma parcela minoritária da mão de obra feminina tem uma inserção “privilegiada” e a outra parcela majoritária está em “guetos” femininos, recebendo salários precários e sem nenhuma garantia trabalhista.

A conseqüência desse processo é nociva, a maioria dos postos ocupados pelas mulheres encontra-se no pólo mais precário do mercado de trabalho. E é justamente nesse pólo

que pode ser melhor observado a formação do subproletariado feminino que surge do paradoxo vivido pelas trabalhadoras; um considerável aumento dos postos de trabalho que não necessariamente significava um aumento da qualidade dos postos de trabalho ofertados.

### 3.2 A FORMAÇÃO DO SUBPROLETARIADO FEMININO E O “PARADOXO DA GLOBALIZAÇÃO”

Para a classe trabalhadora, as novas características das relações de trabalho representam uma conseqüente precarização dos postos de trabalho, sinônimo da perda dos direitos trabalhistas, da flexibilidade, da instabilidade e do aumento do desemprego.

Por outro lado, a precarização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres tem crescido paralelamente a um relativo aumento no número de postos de trabalhos ocupados pela mão de obra feminina. A maior inserção feminina no mercado, na atualidade, em hipótese alguma representa melhores condições de trabalho para as trabalhadoras. Baseando-se nesse cenário, Hirata firma que as trabalhadoras da atualidade vivem o “paradoxo da globalização”.

O “paradoxo da globalização” vivido pelas trabalhadoras representa uma situação em que ocorre o aumento dos postos de trabalhos femininos e, de forma paradoxal, esse aumento não consegue refletir uma melhora nas condições de trabalho. O maior número de postos de trabalhos que favorecem a ocupação feminina nem sempre é garantia de boas condições de trabalhos, tendo em vista que o trabalho precário com baixa remuneração é uma característica presente nos postos de trabalhos femininos. O que se percebe é que

houve um aumento da participação das mulheres no mercado, tanto em postos formais quanto em postos informais de trabalho, assim como uma elevação no número de empregos no setor de serviços e que essa participação traduz-se, sobretudo, pela criação de empregos precários e vulneráveis. (HIRATA, 2002, p. 5)

Esse paradoxo vivido pela mão de obra feminina se intensifica em um ambiente de ampla concorrência internacional, tendo em vista que as empresas, buscando se adequarem os padrões de concorrência, reestruturam sua forma de produzir. Os novos empregos gerados nesse período não possuem os mesmo padrões de qualidade dos que foram criados em períodos anteriores. Para as mulheres esse processo torna-se um fator positivo em relação a quantidade de postos de trabalho criados, mas nem sempre em qualidade.

Um exemplo marcante de que o aumento de postos de trabalho femininos surgido não significa aumento da qualidade do emprego é a intensa migração do trabalho doméstico. Aumenta cada vez mais o número de mulheres de países pobres que migram para os países centrais da economia capitalista buscando trabalho de empregada doméstica, enfermeira, cozinheira, dentre outras atividade que se assemelhem com o trabalho não remunerado e pouco reconhecido praticado no lar.

Em relação aos postos de trabalho mais qualificados ocupados pelas mulheres, eles também não representam a igualdade no mercado. Um bom exemplo disso é o aumento do número de mulheres trabalhando em postos de gerencia administrativa nas grandes empresas, ao passo que na maioria dos casos acima delas sempre existe um cargo superior ocupado por um homem, ou seja, as mulheres alcançam a chefia, mas dificilmente ocupam os postos mais elevados de uma empresa.

Assim, embora as mulheres venham sendo beneficiadas pela expansão de seus nichos ocupacionais, as condições extremamente adversas do mercado de trabalho têm reduzido bastante a eficácia dos arranjos de inserção centrados na força de trabalho feminina (BORGES, 2006, p. 212).

O processo de reestruturação produtiva é visto como a gênese desse processo. Com a redução dos postos de trabalhos fabril, ocupados pela mão de obra masculina, surgem novos postos no setor de serviço com maior incidência da mão de obra feminina. As terceirizações são sinônimas dessas mudanças.

Se levarmos em conta a intensificação da terceirização da produção, percebe-se se que há uma relativa concentração de mulheres empregadas nas empresas consideradas prestadoras de serviços, constituída como oficinas subcontratadas ou como daquelas domiciliares, mantida pelo trabalho familiar executado no lar e com pequeno número de empregados (ARAÚJO, 2004, p. 14).

Tal condição pode ser percebida quando se observa a escolha de ocupação dos cargos nas grandes empresas. Existe uma maior tendência em substituir as trabalhadoras pelos trabalhadores à medida que aumenta o grau de modernização nas fábricas. O trabalho feminino é associado a postos de trabalho que exigem menor qualificação e possuem menor remuneração, ao contrário da mão de obra masculina.

Porém, mesmo em um cenário de aumento dos postos de trabalho femininos, ainda que precários, esses novos postos não foram suficientes para absorver o elevado contingente feminino que se insere no mercado de trabalho anualmente. Nesse período a taxa de desemprego feminino encontra-se em um patamar bastante elevado. Assim, ainda que os postos de trabalhos voltados para as mulheres tenham crescido mais que os postos voltados para os homens, é entre as mulheres que o desemprego é mais acentuado.

A situação de elevadas taxas de desemprego vivida pelas trabalhadoras, intensifica o processo de feminização da pobreza, tendo em vista que uma parcela considerável da mão de obra feminina assume o papel de provedora do lar. Assim, diante de um cenário de desemprego, a mulher que passa a assumir o papel de “chefe” de família acaba se sujeitando a aceitar condições de trabalho precárias e baixos níveis salariais, formando uma massa de subproletariado feminino.

O trabalho em tempo parcial é outra característica comum aos postos de trabalho ocupado por mulheres. Nesse tipo de ocupação não é só o tempo de trabalho que é parcial, mas o salário também. Na sua maioria, não possui garantias, nem direitos trabalhistas. Essa forma de ocupação tende a ser vista, erroneamente, como benéfica para as mulheres, pois permite a conciliação entre o trabalho e o cuidado da casa, família e dos filhos, condição essa socialmente destinada às mulheres.

O pressuposto subjacente é que tal conciliação é uma obrigação atribuível unicamente ao sexo feminino, nesse contexto as trabalhadoras podem ser

vistas como cobaias para o desmantelamento do assalariamento (...). (...) Já que as mulheres podem ser mais facilmente usadas para experimentações, porque são menos protegidas socialmente e mais vulneráveis (HIRATA, 1998, p. 16).

Outra característica que evidencia a precarização existente nos postos de trabalho ocupado pelas mulheres é negação da identidade sexual das trabalhadoras. Na década de noventa, e ainda na atualidade, existem empresas que não asseguram a separação entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Em determinadas profissões as trabalhadoras necessitam utilizar vestes masculinas para serem aceitas no trabalho, sob a insinuação de que as curvas de seu corpo atrapalhariam o espaço produtivo.

Assim, a melhoria nas condições de trabalho para a mão de obra feminina encontra grandes desafios dentro e fora do próprio mercado de trabalho. Não só na esfera da produção como também na esfera da reprodução. A formação do subproletariado feminino é uma realidade que necessita ser melhor observada para que as mulheres que são “chefes” do lar, assim como as demais que buscam o mercado de trabalho, possam disputá-lo em condições de igualdade com os homens.

### 3.3 A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O processo de precarização que vem ocorrendo no mundo do trabalho, nas últimas décadas, se faz presente também entre a classe trabalhadora brasileira, atingindo de forma mais intensa as mulheres. Principalmente em relação a inserção desigual que envolve as mulheres e os homens que buscam o mercado de trabalho. A mão de obra feminina no Brasil, assim como em outras partes do mundo, também sofre com essa disparidade.

Nos países subdesenvolvidos essa realidade torna-se ainda mais nociva para as trabalhadoras, pois o processo de precarização da mão de obra tende a ser ainda mais intenso, já que nesses países existe uma maior fragilidade na garantia dos direitos trabalhistas e sociais, deixando as mulheres ainda mais vulneráveis. É nesse contexto

que a condição de subemprego vivida pelas trabalhadoras tende a se propagar, intensificando cada vez mais a exploração e precarização da mão de obra feminina.

No Brasil, nas últimas décadas houve uma redução nas assimetrias existentes no mercado de trabalho entre homens e mulheres, oriundo de um crescimento nos postos de trabalho ocupados pelas mulheres e uma paralela redução dos postos de trabalho ocupados pelos homens. Porém, a redução das assimetrias existente não ocorreu através de uma melhoria nas condições de trabalho vivenciada pela mão de obra feminina, mas por existir uma piora na masculina. O nivelamento foi feito por baixo.

Assim, ainda que no país tenha sido registrado um aumento expressivo no número de trabalhadoras, tanto no emprego formal quanto no informal, as condições de trabalho vividas por estas mulheres não são as mais desejadas e seguras.

Segundo o IBGE,<sup>9</sup> na década de noventa do século XX, o país teve um aumento significativo de ocupação feminina, tendo em vista que em 1991 o percentual de mulheres ocupadas era de 38,8% e em 1999 esse percentual cresceu atingindo quase a metade da população, aproximadamente 43,9%.

Outra característica marcante registrada nesse período é o crescimento de famílias chefiadas por mulheres, mostrando que existe, nessa década, uma maior tendência a construção de diferentes arranjos familiares. Esses novos arranjos fogem ao tradicional que é composto pelo pai, mãe e filhos. Em sua maioria são arranjos compostos pela mãe e filhos, tendo a mulher como provedora do lar.

Se as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho atingem diretamente as famílias, a recíproca também verdadeira. Assim, na década de noventa houve um aumento significativo das famílias que possuíam a mão de obra feminina no papel de provedora do lar. No começo da década o número de famílias chefiadas por mulheres era de 21,9%, no final desse período o percentual passou para 26%.

---

<sup>9</sup> Dados coletados pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Em relação aos rendimentos das trabalhadoras, o que se percebe é que o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres não significou o fim da desigualdade nas condições de inserção e remuneração no mercado de trabalho. No início da década, o rendimento médio das mulheres era de aproximadamente 53,2% dos rendimentos dos homens. Em 1999 esse número girava em torno de 60,7% dos rendimentos masculinos. Houve uma melhora, mas a desigualdade entre homens e mulheres continuou existindo.

Em relação a inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho, o que se percebe é que uma parcela significativa das mulheres encontrou postos de trabalho em alguns determinados “nichos” ocupacionais, tradicionalmente femininos como, por exemplo, o trabalho doméstico. Na década de noventa, essa categoria de trabalho registrou, aproximadamente, 90% dos postos ocupados por mulheres.

O elevado número de mulheres ocupando postos de trabalho ligados ao trabalho doméstico, se manteve por toda a década. No ano de 1997, 18% da PEA feminina estavam trabalhando nessa área de atuação, algo em torno de 4,8 milhões de mulheres. Como pode ser visto na tabela abaixo

#### **TABELA 1**

#### **DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS OCUPADOS E COMPOSIÇÃO SEGUNDO SEXO BRASIL - 1991 A 1997**

<b>ANOS</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>1991</b>			
OCUPADOS (NA)	55.293.329	37.731.639	17.561.690
TRABALHADORES DOMÉSTICO	3.696.273	271.395	3.424.878
TRAB. DOMÉSTICO/OCUPADOS (%)	6,7	0,7	19,5
COMPOSIÇÃO SEGUNDO SEXO	100	7,3	92,7
<b>1995</b>			
OCUPADOS (NA)	69.628.608	41.863.309	27.765.299
TRABALHADORES DOMÉSTICO	5.132.901	350.885	4.782.016
TRAB. DOMÉSTICO/OCUPADOS (%)	7,4	0,8	17,2
COMPOSIÇÃO SEGUNDO SEXO	100	6,8	93,2
<b>1997</b>			
OCUPADOS (NA)	69.331.507	41.977.258	27.354.249
TRABALHADORES DOMÉSTICO	5.242.846	376.931	4.865.915
TRAB. DOMÉSTICO/OCUPADOS (%)	7,6	0,9	17,8
COMPOSIÇÃO SEGUNDO SEXO	100	7,2	92,8

FONTE: FIBGE, 1991B (TAB 5.16); 1995A E 1997 (TAB 4.19) *apud BRUSCHINE; LOMBARDI* (adaptado pela autora).

\* REFERE-SE A PEA - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

No que tange a participação masculina, nessa categoria de trabalho, em 1997 houve um relativo aumento de sua participação, contudo essa participação torna-se irrelevante quando se analisa a participação feminina que possui uma média de 92,8% do total de trabalhadores domésticos no país.

A elevada participação da mão de obra feminina no trabalho doméstico ocorre pelo fato de que muitas mulheres que se viram obrigadas a ingressar no mercado de trabalho, não tinha algum tipo de preparação, principalmente as jovens de famílias pobres. Para muitas delas o trabalho doméstico era a única porta de entrada para o mercado. Isso ocorre pela fácil associação entre os novos afazeres remunerados e as atividades já praticadas dentro do próprio domicílio, bem como, pelo fato de que para ingressar nessa profissão não é necessário possuir outro tipo de qualificação que não essa.

Uma contradição existente no mercado de trabalho se faz visível nesse ramo de ocupação. As mulheres são maioria, mas sua remuneração tende a ser inferior a dos homens. A minoria de homens que trabalham em empregos domésticos possui rendimentos superiores às mulheres que atuam na mesma profissão. Segundo Bruschini, em 1995, 20,5% dos empregados domésticos ganhavam mais do que dois salários mínimos, entre as mulheres esse percentual era de 9,5%.

É em um cenário, onde quase metade da PEA feminina ocupa postos de trabalhos precários e com baixa remuneração, ou até mesmo sem nenhum tipo de remuneração, que as trabalhadoras brasileiras se inserem no mercado.

Um grande contingente de mulheres (cerca de 40% da força de trabalho feminina) que se insere no mercado de trabalho em um pólo no qual se incluem as posições menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou as condições de trabalho propriamente ditas. São ocupações nas quais a presença das mulheres tem se dado tradicionalmente, como o trabalho doméstico, as atividades sem remuneração e as atividades de produção para consumo próprio e de grupo famílias (BRUCHINE; LOMBARD, 2000, p. 67).

As assimetrias existentes no mercado de trabalho brasileiro atingem também a composição da própria mão de obra feminina, ela é heterogênea e possui dois pólos opostos que caracterizam sua inserção, um pólo mais precário e um mais favorecido. Na década de noventa, o segundo pólo registrou um crescimento da participação feminina, ao passo que ocorreu paralelamente a isso um crescimento do subemprego feminino no Brasil.

A ocupação no pólo de trabalho mais desenvolvido tem como característica básica a escolaridade, na sua maioria as mulheres que o compõem possuem nível superior. Já no início da década de noventa 16% da PEA feminina era composta por profissionais com esse perfil, cerca de 2,8 milhões de mulheres. O problema é que o acesso ao nível superior não fazia parte da realidade da maioria das mulheres que se inseriram no mercado naquela década, ficando para a grande maioria os postos mais precários e vulneráveis.

Ainda assim, o nível de escolaridade não é o fator mais importante na determinação da renda, quando se compara os rendimentos entre homens e mulheres no Brasil. Segundo dados da Fundação Carlos Chagas, nesse período se dois terço dos homens com quinze anos ou mais de estudo ganham mais de dez salários mínimos, apenas um terço das mulheres com o mesmo nível de escolaridade tem rendimentos equivalentes.

Assim, as trabalhadoras brasileiras sofrem os mesmos problemas vividos pelas trabalhadoras de outras partes do mundo, porém com o agravante de venderem a sua

força de trabalho em um país subdesenvolvido, onde a exploração da mão de obra tende a ser mais intensa e as condições de trabalho mais precárias. Principalmente pelo fato de que nesse contexto de exploração da mão de obra existe uma desigualdade latente, que deixa as mulheres em situações ainda mais precárias que os homens.

#### **4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA RMS E A SITUAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007**

#### 4.1 A PNAD E A PED

Para uma maior compreensão deste capítulo faz-se necessário uma rápida explicação dos métodos utilizados na coleta dos dados sobre o mercado de trabalho da RMS. Assim, será necessário conceituar as duas pesquisas utilizadas; a PNAD e a PED.

A PNAD ou Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio é publicada trimestralmente, que busca a produção de informações para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, assim como a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimentos, a sua área de abrangência compreende a todo o país, englobando as Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem municípios das capitais. Segundo descrição própria, o objetivo da PNAD é garantir que "o programa de estatísticas do trabalho deve ter informações sobre a população ativa e seus componentes de forma que tendências e variações sazonais sejam adequadamente monitoradas" (IBGE, 2008).

Os dados da PNAD serão utilizados nas análises feita sobre as taxas de participação e desemprego, no mercado de trabalho da RMS, bem como na análise da composição familiar e a influência dessa composição na inserção dos membros das famílias no mercado de trabalho. O período observado será entre os anos de 1992 e 2004, variando os períodos de comparação.

A PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento domiciliar contínuo, com publicação mensal, que busca analisar o comportamento típico do mercado de trabalho brasileiro. A sua área de abrangência compreende ao Distrito Federal e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Segundo sua própria descrição, pretende “dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas” (DIEESE, 2008).

A análise dos dados da PED é de extrema importância e será utilizada em momentos e assuntos diferenciados. Através da utilização desses dados será possível analisar a taxa de participação e desemprego no mercado de trabalho da RMS, a distribuição por

ocupação e os rendimentos médios reais, fazendo sempre um corte de gênero. A análise dos dados da PED será feita em um intervalo de tempo correspondente a uma década, englobando os anos de 1997 e 2007, sendo feito, contudo, um comparativo entre o anos de 2006 e 2007, visando apresentar as transformações mais recentes ocorridas nesse mercado de trabalho.

Assim, faz-se necessário definir alguns dos importantes conceitos utilizados pela PED na análise dos dados. A PIA, a PEA e a taxa de participação. A PIA é o termo utilizado para representar a População em Idade Ativa, que corresponde a população com dez ou mais anos de idade. A PEA representa a População Economicamente Ativa, sendo composta pela parcela da PIA que esteja ocupada ou desempregada. A taxa de participação, segundo a PED, é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporada no mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

#### 4.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA RMS

O processo de reestruturação produtiva, que se desenvolveu e se propagou a partir da década de setenta, atingiu diretamente o mundo do trabalho, tornando cada vez mais intenso a exploração da mão de obra. Esse processo levou os trabalhadores a viverem condições cada vez mais precárias; nesse contexto, os trabalhadores dos países subdesenvolvidos sofreram mais intensamente as conseqüências de tais mudanças.

No Brasil, as novas características das relações de trabalho, oriundas desse processo de mudança nas formas de gestão e produção, ocasionaram importantes transformações na estrutura do mercado de trabalho e nas condições de trabalho vivida pela classe trabalhadora. É diante desse processo de precarização das condições de trabalho que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) se insere, ocupando um lugar de destaque dentre as piores regiões metropolitanas do país, em qualidade de emprego.

Durante a década de oitenta, o mercado de trabalho da RMS viveu um período de expansão, onde foram criados novos postos de trabalhos. Nesse período houve um aumento da demanda por mão de obra, principalmente na indústria e no setor de

serviços. Mas, houve também um aumento considerável da oferta de trabalho com o crescimento significativo do número de pessoas que ingressavam no mercado local anualmente, tentando vender sua força de trabalho em uma economia que não era capaz de absorver toda essa mão de obra. Os postos de trabalho que foram criados não foram suficientes para cobrir essa oferta, fazendo surgir um enorme contingente de desempregados.

Na década seguinte, o crescimento do número de desempregados na RMS se manteve, tendo sua origem na entrada de novos membros da família no mercado de trabalho, que ocorreu tanto pelo aumento relativo da população, quanto pela redução do poder aquisitivo dos chefes da família, fato esse que levou outros membros da família a venderem sua força de trabalho.

Uma análise feita com os dados apresentados pela PNAD serve para corroborar os elevados índices de desemprego existentes na RMS nas últimas décadas. No período entre 1992 e 1995, 176 mil pessoas entraram no mercado de trabalho da RMS, algo em torno de 5% da PEA, ao passo que a quantidade de postos de trabalho existentes não absorvia essa oferta. Contextualmente, esse período foi marcado por um processo de reestruturação produtiva que atingiu diretamente a situação vivida pelo trabalhador, contribuindo para uma conseqüente piora do mercado de trabalho regional.

O processo de reestruturação produtiva e a abertura econômica, em curso na economia brasileira desde o início dos anos 90, tornaram ainda mais débil a capacidade de a economia da RMS gerar empregos, sobretudo emprego de qualidade (FILGUEIRAS et al., 2002, p. 191).

No final da década de noventa, em 1999, a taxa de desemprego na RMS aumentou, girando em torno de 19,2% da população. Nos anos seguintes essa tendência se manteve, fazendo aumentar o número de famílias que possuía um ou mais membros desempregados. Borges (2006, p. 211) aponta que em 2004 o incremento relativo do número de famílias com desempregados na RMS alcançou impressionantes 182%. Nesse mesmo período foi registrada uma queda na proporção de ocupados na família na posição de “empregado”, passando de 61,4% para 58,3%. Em 2004 a taxa de desemprego na região se manteve elevada, no nível de 20%.

Assim, o que se percebe é que as mudanças ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva e o conseqüente crescimento do número de desempregados trouxe também para a RMS a perda na qualidade do trabalho. Os novos postos de trabalho que foram criados, em sua maioria, eram precários e sem garantias, mesmo quando eram postos formais de trabalho. A associação desses fatores influencia na permanência da RMS na posição de destaque dentre as regiões metropolitanas de maior incidência de precarização, subemprego, informalidade e desemprego do Brasil. A região recebe o título de “capital nacional do desemprego”<sup>10</sup>.

Alguns fatores contribuíram diretamente para as péssimas condições de trabalho existentes na RMS, dentre eles estão: a elevada incidência de terceirização, o baixo nível salarial, a elevada importância do setor de serviço para economia local e a grande quantidade de arranjos familiares, principalmente, famílias chefiadas por mulheres. A influência do crescimento dos novos arranjos familiares na região e a composição familiar do trabalhador influencia diretamente na sua forma de inserção no mercado de trabalho. Os arranjos que são chefiados por mulheres mostram-se ainda mais vulneráveis que os demais.

No ano de 2004, na RMS, existia aproximadamente  $\frac{1}{4}$ , das famílias chefiadas por mulheres, algo em torno de 26,4%, em sua maioria arranjos formados por mãe e filhos, conforme pode ser vista na tabela 2.

**TABELA 2**  
**COMPOSIÇÃO FAMILIAR**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1995-2004**  
**(EM PORCENTAGEM)**

---

<sup>10</sup> A RMS vem revezando esse posto com a Região Metropolitana de Recife

<b>TIPOS DE FAMÍLIAS</b>	<b>1995</b>	<b>2004</b>
CASAL COM FILHO	62,5	54,2
MÃE COM FILHO	20,6	26,4
OUTROS TIPOS	16,7	19,2

FONTE IBGE - PNAD *apud* BORGES (ADAPTADA PELA AUTORA).

A feminização da pobreza torna-se mais acentuada nessa região, tendo em vista que a nova figura do “chefe” da família tem sua inserção no mercado de trabalho de forma desigual, sem garantias, sem segurança e com a remuneração inferior aos homens que até então cumpriam esse papel. Principalmente, pelo fato de que essa precarização das condições de trabalho não atinge somente os membros das famílias que vendem sua força de trabalho, mas a todos os outros membros da família, seja direta ou indiretamente.

(...) o ônus do desemprego e da ocupação precária não são suportados exclusivamente pelos indivíduos que os vivenciam. Pelo contrário, esses processos afetam um número bem maior de pessoas do que as vítimas normalmente contabilizadas nas estatísticas, porque os desempregados e os trabalhadores precarizados integram famílias que serão mais ou menos afetadas pelas experiências vivenciadas por seus membros no mercado de trabalho, em função de sua composição, da posição que o trabalhador atingido ocupa na família e dos recursos que essas dispõem para enfrentar as desventuras de um ou mais de seus membros (BORGES, 2006, p. 213).

Assim, as famílias chefiadas por mulheres tornam-se mais vulneráveis às crises existentes no mercado de trabalho do que qualquer outro tipo de composição familiar. Os membros desses arranjos familiares acabam sendo obrigados a ingressarem no mercado independentemente das condições por eles encontradas, já que a figura no papel de chefe, na função de provedora do lar, ocupa postos de trabalho mais precários e flexíveis e possui rendimentos inferiores.

Assim, a composição das famílias da RMS mostra-se como um determinante do grau de precarização existente no mercado local. Dentre os novos arranjos familiares, o maior percentual de ocupados em postos de trabalhos precários está entre as famílias que fogem ao tradicional, principalmente nos arranjos familiares formados apenas pela mãe e filhos em idades variadas.

O elevado nível de desemprego, dentre esse tipo de arranjo familiar é outra importante característica. Nesse mesmo período foi registrado que 46,7% dessas famílias possuíam

ao menos um membro desempregado. A tabela 3 reflete de forma mais precisa essa realidade.

**TABELA 3**  
**PERCENTUAL DE OCUPADOS NA FAMÍLIA EM POSTOS DE TRABALHOS**  
**PRECÁRIOS E MEMBROS DESEMPREGADOS, SEGUNDO ARRANJO**  
**FAMILIAR, NA RMS - 2004**

ARRANJOS FAMILIARES	FAMÍLIAS COM OCUPADOS EM POSTOS DE TRABALHOS PRECÁRIOS	FAMÍLIAS COM DESEMPREGADOS
Casal sem filhos	29,90	19,30
Casal com filhos menores de 14 anos	35,40	25,80
Casal com filhos de 14 anos ou mais	40,30	40,20
Casal com filhos em idades variadas	42,40	34,60
Mãe com filhos menores de 14 anos	31,60	25,60
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	40,20	36,90
Mãe com filhos de idades variadas	49,40	46,70
Outro tipo de família	25,00	13,50
Fonte: IBGE - PNAD		

O aumento do número de emprego sem carteira assinada foi outro importante fator que contribuiu para o elevado grau de precarização na RMS. Já na década de noventa um percentual absurdo de 87,5% do total de empregos gerados na região era sem carteira assinada. A ausência das garantias trabalhistas, oriunda de uma ocupação informal, não influencia somente nas péssimas condições de trabalho, mas também na ausência de benefícios futuros, como a aposentadoria.

A perda do poder aquisitivo dos trabalhadores é outra característica presente na RMS. Entre os anos de 1995 e 2004, a Região Metropolitana de Salvador registrou uma significativa parcela de trabalhadores compondo a classe com piores níveis de remuneração, tendo quase 70% de seus trabalhadores recebendo até dois salários mínimos.

O mercado de trabalho da RMS registrou a maior perda no rendimento médio real dos ocupados entre os anos de 1995 e 2004 (24%) e, ainda, apresentava, nos dois anos, elevadíssimas proporções de ocupados nas classes mais baixas de remuneração, (em 2004, 37% dos ocupados ganhando até um salário mínimo e nada menos que 68,3%, recebendo menos de dois salários) (BORGES, 2006, p. 212-213).

Fazendo uma comparação entre os dados apresentados pela PNAD e pela PED, acerca da RMS nos últimos anos, percebe-se que mesmo sendo fonte de dados diferenciadas, as duas pesquisas convergem em relação a intensificação da precarização no mercado de trabalho da RMS. Uma análise feita dos dados apresentados pela PED, mostra que as elevadas taxas de desemprego apresentadas na década passada se mantiveram. Em 2007 a RMS registrou uma taxa de desemprego no nível de 21,7%.

No que tange à remuneração, os dados da PED também corroboram essa tendência, um comparativo feito entre a década de noventa mostra que entre outubro de 1987/dezembro de 1988 e outubro de 1996/ dezembro de 1999, houve um crescimento do número de trabalhadores com ganhos de até um salário mínimo, ao passo em que diminuiu o número de trabalhadores com ganhos mais elevados. Na verdade o que ocorreu foi uma inversão da segunda para a primeira condição, conforme a tabela 4.

**TABELA 4**  
**RENDIMENTO REAL EM CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO DOS**  
**OCUPADOS**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**OUT/87 – DEZ/88 E OUT/96 - DEZ/99**  
**(EM REAIS)**

RENDIMENTO REAL EM CALSSES DE SALÁRIO MÍNIMO	TOTAL (R\$) OUT/87 - DEZ/88	TOTAL (R\$) OUT/96 - DEZ/99
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	23,0	31,9
MAIS DE 1 E ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	26,8	24,0
MAIS DE 2 ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	28,3	26,5
MAIS DE 5 ATÉ 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	12,3	9,9
MAIS DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	9,6	7,6

Fonte: PED RMS (1987/88) COINT - SETRAB/SUDENE/SINE-BA/DIEESE/SEADE. PED RMS (1996/99) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE *apud* BRAGA (ADAPTADO PELA AUTORA).

Em 2007 essa realidade se manteve. Segundo a PED, um comparativo feito entre os anos de 1997 e 2007, mostra que essa redução no rendimento médio real, faz cair o salário de R\$972,00, no primeiro período, para R\$835,00 no segundo período, registrando uma queda de R\$ 137, algo em torno de 14%.

No que tange à elevada participação do setor de serviço na economia da RMS, a PED mostra que essa característica torna-se importante por servir como indicador de

precariedade do emprego, tendo em vista que é nesse setor da economia que os postos de trabalho tende a ser mais precário, instável, flexível, com menor remuneração, sem carteira e ausência da proteção trabalhista. A terciarização da economia local mostra-se nociva, ao passo que a maioria dos trabalhadores sem carteira assinada na RMS está registrada no setor de serviço, trabalhando como vendedores de jornais e revistas, estagiários, garçons, copeiros, atendentes, balconistas, comerciários, faxineiros, serventes, dentre outros.

Segundo dados da PED, durante a década de noventa do século XX, o setor de serviços foi responsável por 59,3% da ocupação, e o comércio por 17, 0%. Dentre o setor de serviço, a área de limpeza, serviços especializados, alimentação, educação e saúde foram os que mais cresceram. Em sua maioria eram postos de baixa remuneração e produtividade, como o pequeno comércio, ambulantes, serviços de reparação e serviços domésticos, dentre outros. Em 2007, do total de 1.339.000 ocupados na RMS, aproximadamente 59% deles estavam alocados no setor de serviço, somando 786.000 trabalhadores.

Outra importante característica da região é o intenso processo de terceirização da economia, processo esse que surge como uma nova tendência do capitalismo atual, onde terceirizar o processo produtivo é a política básica dentro do processo de reestruturação produtiva. O fato de a RMS possuir um elevado grau de terceirização da economia significa possuir um mercado de trabalho mais precário, tendo em vista que a terceirização é a forma mais visível da flexibilização do mercado de trabalho:

pois permite concretizar – no plano da atividade do trabalho – o que mais tem sido propagado pelas estratégias empresariais e pelo discurso empresarial: os “contratos flexíveis”. Leia-se: contratos por tempo indeterminado, por tempo parcial, por tarefa (por empreita), por prestação de serviço, sem cobertura legal e sob responsabilidade de “terceiros”. Transferir custos trabalhistas e responsabilidades de gestão passar a ser um grande objetivo das empresas mais modernas e mais bem situadas nos vários setores de atividades, no que são seguidas pelas demais empresas (BORGES; DRUCK, 2002, p. 112).

No que tange a opção do trabalhador em ocupar um posto de trabalho como trabalhador terceirizado, ela não é uma opção muito desejada, mesmo que seja muito comum isso acontecer. Borges e Druck mostram que em uma pesquisa feita em empresas

petroquímicas na Bahia acerca de o trabalhador gostar ou não de trabalhar como terceiro, do total de 358 trabalhadores, 93% responderam não, apenas 3% responderam sim e os demais não responderam.

Trabalhar como terceiro, na maioria dos casos, representa a perda dos direitos trabalhistas, de benefícios, de recompensa, baixo nível salarial, instabilidade e insegurança e condições de trabalhos ruins, assim como a sensação de discriminação e desvalorização comum dentro das empresas.

A terceirização contribui indiretamente para a precarização na RMS, a medida que se constituiu num dos principais mecanismos responsáveis pelo aumento das desigualdades de poder entre o capital e o trabalho, no mercado de trabalho regional, nos anos 90. E foi exatamente a ampliação dessas desigualdades que permitiu às grandes empresas contratantes reduzir, às vezes drasticamente, a qualidade dos postos de trabalho remanescentes em termos de salários, benefícios, intensidade da jornada e de possibilidades de estabilização dos vínculos e de carteira profissional (BORGES; DRUCK, 2002, p. 133).

A intensificação da terceirização na economia da RMS, assim como em outras regiões, traz como consequência a perda da “qualidade” das condições de trabalho, assim como, uma redução significativa dos postos de trabalho da região. Essa segunda consequência acaba por desencadear vários outros problemas no mercado de trabalho local, dentre eles o aumento da informalidade.

A informalidade acontece como uma consequência da flexibilização dos postos de trabalho, tendo em vista que a maioria dos trabalhos por condição temporária não assinam carteira de trabalho, assim como a redução dos postos de trabalho leva muitos trabalhadores a buscarem a informalidade para garantir seu sustento. Ainda que seja por conta própria o trabalho informal deixa o trabalhador em uma situação de elevada precarização<sup>11</sup> e vulnerabilidade, como já havia sido mencionado, pelo fato de que a ausência futura dos benefícios da previdência social deixará o trabalhador sem fontes de rendimentos.

---

<sup>11</sup> Porém, a informalidade não é sinônimo de pobreza, pode acontecer, ainda que em menores proporções, de um trabalhador informal ser bem sucedido e possuir boas condições salariais e de trabalho.

Assim, todo esse processo de precarização que atingiu a classe trabalhadora da RMS, bem como os demais integrantes das famílias, atingiu também a forma de sua inserção no mercado de trabalho. Essa tendência de baixa qualidade nas condições de trabalho ainda se faz presente, deixando os trabalhadores da RMS totalmente vulneráveis as constantes transformações do sistema capitalista de produção.

#### 4.3 O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA DA RMS

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, tanto na esfera da produção, quanto na esfera da reprodução do capital influenciaram diretamente nas condições de trabalho vivida pela classe trabalhadora. Por outro lado, as transformações que ocorreram nos últimos anos vêm favorecendo relativamente mais as mulheres do que os homens. Foram as mulheres que pressionaram mais fortemente o mercado de trabalho da RMS na atualidade. Tendo no crescimento da participação feminina na PEA da região umas das mudanças mais marcantes ocorridas na composição da classe trabalhadora.

O que se percebe é que mesmo as mulheres vivendo as condições mais adversas dentro do mercado de trabalho e encontrando as piores condições de inserção, a expansão da mão de obra feminina vem crescendo cada vez mais. Porém,

essa tendência de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho metropolitano – fenômeno esse que vem sendo observado há longa data - não é resultado de um movimento harmônico em termos de intensidade, ou seja, é decorrente dos variados níveis de pressão que elas exercem sobre esse mercado, situação essa que é, inequivocamente, afetada tanto pelas injunções do mercado de trabalho, quanto pela suas diferentes situações familiares (GUIMARÃES et al., p. 778, 2007).

Segundos um comparativo feito pela PED entre os anos de 1997 e 2007 percebe-se que a participação feminina na PEA da RMS saltou de 51,9% para 55,2%. Entre a mão de obra masculina ocorre o inverso, em 1997 a taxa de participação masculina era de 69,3% e em 2007 era 68,4%.

O aumento da participação feminina na RMS foi impulsionado pelo crescimento da oferta feminina de trabalho, bem como pelo surgimento de novos postos de trabalho que

favorecem as trabalhadoras, postos esses que surgem através das mudanças trazidas pelas novas características das relações de trabalho.

Fazendo uma comparação mais recente a fim de corroborar a tendência de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, percebe-se que entre os anos de 2006 e 2007, foi registrado a maior variação anual desde o ano de 1997, registrado um acréscimo de 6,8%.

Nesse contexto, a posição de destaque vai para as mulheres no papel de “cônjuges”, tendo em vista que dentre os membros das famílias que se viram obrigados a ingressarem no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, foram elas que obtiveram as maiores taxas de participação nos últimos dez anos. Em 1997, dentre os membros da família, as mulheres que tinham maiores taxas de participação eram as que ocupavam o papel de “chefe”, atingindo 58%. Dez anos depois essa realidade se modifica, sendo as mulheres na posição de cônjuge que registram as maiores taxas de participação, alcançando o grau de 58,4%, ao passo que as mulheres na posição de chefes, líderes no primeiro período, registraram uma redução na sua participação, atingindo 56,3%. Conforme pode ser verificado na tabela 5.

**TABELA 5**  
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E POSIÇÃO NO DOMICÍLIO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM PERCENTAGEM)**

POSIÇÃO NO DOMICÍLIO	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
<b>1997</b>	<b>69,3</b>	<b>51,9</b>	<b>59,9</b>
CHEFE	83,0	58,0	75,9
CÔNJUGE	79,6	56,3	56,8
FILHO	53,9	42,7	48,4
DEMAIS MEMBROS	67,0	56,0	60,1
<b>2007</b>	<b>68,4</b>	<b>55,2</b>	<b>61,2</b>
CHEFE	79,0	55,9	71,1
CÔNJUGE	76,4	58,4	59,1
FILHO	55,4	52,5	54,0
DEMAIS MEMBROS	61,9	51,2	55,8

**FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/F/**

Outro membro que merece destaque na composição familiar são os “filhos”, para ambos os sexos foi registrado um aumento na participação no mercado de trabalho de um período para o outro. Sendo que dentre as mulheres esse aumento mostrou-se mais visível. No primeiro período a taxa de participação das mulheres que ocupavam essa posição era de 42,7% dentre os homens era de 53,9%. No segundo período essa taxa passa a alcançar 55,4% para os homens e 52,5% para as mulheres. Essa maior variação percentual entre as mulheres ocorreu pelo fato de que, até então, elas não faziam papel de provedores do lar, existindo nesse segmento uma grande quantidade de mão de obra a ser explorada, principalmente em momentos de crises.

Porém, mesmo tendo ocorrido um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho da RMS, o desemprego tem se mostrado bastante presente entre as mulheres. O aumento da demanda pela mão de obra feminina não conseguiu reduzir as elevadas taxas de desempregos existentes, assim além de postos de trabalho mais precarizados, as trabalhadoras são obrigadas a conviverem com elevadas taxas de desemprego.

No ano de 1997 a taxa de desemprego entre as mulheres era 23,3% do total de desempregado, em 2007 essa taxa passou para 25,3%, demonstrando uma grande incapacidade da economia local de absorver a expansão da oferta feminina de trabalho e gerar novos postos para as trabalhadoras. Ainda que no segundo período tenha havido um decréscimo no número de trabalhadoras desempregadas na RMS esse movimento não foi capaz de modificar a realidade feminina de maior incidência de desemprego.

Um estudo feito por Guimarães, acerca da situação vivida pelas trabalhadoras da RMS no final da década de noventa e início dessa década, serve para corroborar o fato de que as mulheres ainda sofrem com as elevadas taxas de desemprego que incidem sobre a sua mão de obra.

O mercado de trabalho metropolitano manteve na sua fase mais crítica, como um dos seus traços indelévels, determinadas idiosincrasias no que tange ao trabalho feminino. Em verdade, há pelo menos dois motivos para se adotar uma postura cautelosa na interpretação das informações que dão conta dessa maior “disposição” das mulheres para participarem do mercado de trabalho.

O primeiro é que apesar desse movimento de maior presença das mulheres nesse mercado poder ser visto como uma conquista, novos espaços ainda precisam ser abertos, muitas dificuldades necessitam ser superadas (...) O

segundo, por seu turno, guarda a relação com o fato de que essa maior presença das mulheres no mercado de trabalho metropolitano poder ser explicada, em boa medida, pela maior suscetibilidade que possui para enfrentar condições mais penosas nesse mercado, situação que acaba “favorecendo” que sua força de trabalho seja intensamente requisitada em ambientes fortemente marcados pela precarização, como foi o caso nesse mercado no período de tempo que cobre os anos de 1997 e 2003 (GUIMARÃES, 2007, p. 788).

No que tange ao rendimento médio real, o rendimento médio do trabalhador da RMS caiu entre os anos de 1997 e 2007. Saindo de R\$972,00 para R\$835,00, registrando uma queda de R\$137,00. Essa mesma análise se feita em um período mais atual, comparando os anos de 2006 e 2007, percebe-se que houve um crescimento na remuneração das trabalhadoras. O rendimento médio real das mulheres aumentou 6,6% no ano de 2007, em relação ao ano de 2006, aumento esse maior do que o registrado pela mão de obra masculina, nesse mesmo período, já que os homens tiveram um aumento de 2,8%. Esse cenário de crescimento do rendimento médio real das trabalhadoras ocorre na contramão do cenário geral. Assim, a redução dos rendimentos médios dos trabalhadores só não foi mais acentuada por ter ocorrido entre as trabalhadoras uma elevação.

O aumento do rendimento médio real das mulheres entre 2006 e 2007 contribuiu para reduzir as assimetrias existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ao menos no que tange a diferenciação dos rendimentos, tendo em vista que em 2007 o rendimento médio real das mulheres correspondia a aproximadamente 73% dos rendimentos dos homens. Um crescimento considerável em relação ao final da década anterior, já que em 1997 essa relação correspondia a aproximadamente 61%.

Assim, ainda que tenha havido uma redução nas assimetrias existentes no mercado de trabalho da RMS entre homens e mulheres, essa redução não foi suficiente para garantir à mão de obra feminina igualdade de inserção, nas condições de trabalho e na remuneração. O mercado de trabalho ainda reserva as trabalhadoras às condições mais adversas.

O que se percebe é que mesmo que nas últimas décadas tenha sido registrado um aumento significativo da mão de obra feminina, um crescimento na sua remuneração e uma relativa melhoria nas condições de trabalho por elas vividas, a desigualdade latente

entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda se faz presente. As mulheres ainda encontram as piores formas de inserção no mercado de trabalho da RMS, registram uma menor remuneração e ocupam os postos mais precários de trabalho. Bem como as maiores taxas de desemprego. A redução das assimetrias existentes não foi o suficiente para conseguir eliminá-las.

#### 4.4 A SITUAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007

Uma análise da situação vivida pela mão de obra feminina no mercado de trabalho da RMS, no que tange a sua inserção, remuneração e condições de trabalho, deixa claro que as mudanças provenientes das novas características das relações de trabalho vêm afetando de forma mais intensa a mão de obra feminina do que a masculina.

Em verdade, as mudanças ocorridas na economia RMS, assim como em diversas partes do mundo, com o processo de reestruturação produtiva, impactaram de forma desigual a forma de inserção dos homens e das mulheres no mercado de trabalho. Todo esse processo trouxe para o mercado de trabalho da região duas importantes características; uma conseqüente redução das assimetrias existentes entre homens e mulheres e, de forma paradoxal, a manutenção da situação desigual vivenciadas por homens e mulheres dentro do mercado de trabalho da RMS.

Porém, mesmo diante de um cenário com as piores condições de trabalho, as mulheres têm conseguido elevar sua taxa de participação no mercado de trabalho da RMS. Essa crescente participação feminina no mercado de trabalho é uma conseqüência direta de alguns fatores que impulsionaram a mulher na busca por trabalho, que são: a influência dos movimentos de emancipação feminina, o aumento do número de “chefes” de família desempregados e a queda do poder aquisitivo das famílias, influenciado pela queda no rendimento médio real, fato esse que levou outros membros das famílias a ingressarem no mercado de trabalho.

Comparando as taxa de participação no mercado de trabalho local, entre os anos de 1997 e 2007, percebe-se que, no geral, houve um aumento nessa taxa em 2,2%, sendo

esse aumento impulsionado pelo crescimento em maior proporção da participação feminina de 6,4%, na contramão da queda registrada pela mão de obra masculina de 1,3%. De forma paradoxal, as mulheres registraram um maior crescimento na sua participação, foram as responsáveis pelo crescimento da taxa de participação global, já que entre os homens foi registrada uma redução na participação. Ainda assim, sua participação mostrou-se inferior a dos homens. Como pode ser visto na tabela abaixo.

**TABELA 6**  
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM PERCENTUAL)**

	PERÍODOS		VARIAÇÃO		
	1997	2007	1997	2007	
HOMENS	69,3	HOMENS	68,4	HOMENS	-1,3
MULHERES	51,9	MULHERES	55,2	MULHERES	6,4
TOTAL	59,9	TOTAL	61,2	TOTAL	2,2

**FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.**

Ao analisar a taxa de participação no mercado de trabalho da RMS por idade, nos anos de 1997 e 2007, percebe-se que a participação feminina mostrou-se menor nos dois anos analisados, mesmo tendo sido registrado um aumento na taxa de participação feminina. Em 2007 a quantidade de postos de trabalho ocupado por mulheres se manteve inferior aos postos ocupados pelos homens, o contingente feminino de ocupação girou em torno de 659 mil, ao passo que o contingente masculino foi de 764 mil.

Na faixa etária entre 10 e 17 anos, foi registrada a maior queda entre os dois anos analisados, sendo reduzido em mais da metade, saindo de 22,2% para 10,8%, devido a redução no trabalho infantil/adolescente influenciados pelos programas assistenciais associados à manutenção das crianças nas escolas, bem como pela maior dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

No extremo oposto da pirâmide etária, a redução na participação ocorreu de forma mais moderada, tendo em vista que muitos trabalhadores autônomos e sem carteira assinada que não contribuíram com a Previdência Social não gozam dos benefícios da mesma e

se vêem obrigados a continuarem no mercado de trabalho por mais tempo, ainda que esteja com uma idade avançada, buscando garantir seu sustento e de sua família.

Outra importante característica observada é que o crescimento ocorrido na faixa etária entre 25 e 39 anos, foi ocasionado pelo crescimento da participação feminina, que pulou de 74,3% para 78,1%, já que entre os homens houve uma redução da participação, caindo de 94,2% para 92,0% . Conforme é demonstrado na tabela a baixo.

**TABELA 7**  
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM PORCENTAGEM)**

SEXO	FAIXA ETÁRIA					TOTAL
	10 A 17	18 A 24	25 A 39	40A 59	60 E MAIS	
<b>1997</b>	22,2	74,1	83,5	71,6	19,2	59,9
HOMENS	26,6	81,9	94,2	84,1	30,7	69,3
MULHERES	18,0	67,2	74,3	60,8	12,2	51,9
<b>2007</b>	10,8	74,2	84,6	70,7	17,4	61,2
HOMENS	11,9	78,6	92,0	81,7	26,9	68,4
MULHERES	9,5	70,1	78,1	61,9	11,6	55,2

**FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.**

Em relação ao nível de escolaridade, percebe-se que esse é um fator que influencia diretamente na condição de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Conforme cresce o nível de escolaridade as taxas de participação têm se mostrado crescentes, tanto para homens quanto para mulheres, evidenciando maiores possibilidades de inserção, devido ao mercado de trabalho se mostrar cada vez mais exigente no que se refere a formação a ao preparo da força de trabalho.

Essa exigência de uma melhor qualificação do trabalhador faz com que os três níveis de menor escolaridade tenham registrado, entre os dois períodos analisados, taxas de participação decrescentes. Sendo a maior queda registrada entre os trabalhadores analfabetos, saindo de 43,9% para 30,0%.

Porém, para as trabalhadoras a escolaridade como determinante para uma melhor inserção no mercado de trabalho torna-se secundária, quando se analisa a disputa por

um mesmo posto de trabalho entre homens e mulheres se percebe que a diferenciação sexual coloca-se em primeiro lugar, ainda que a mulher esteja mais preparada, com maior nível de escolaridade, os homens tendem conseguir ocupa-lo mais facilmente. Uma análise da participação das trabalhadoras entre os anos de 1997 e 2007 demonstra que os únicos níveis de escolaridade que registraram um acréscimo da participação feminina, ao mesmo tempo em que registraram uma redução da participação masculina, foi o nível médio incompleto e o nível superior incompleto, onde este último foi o único que, no geral, registrou um aumento na taxa de participação, do primeiro para o segundo período, sendo impulsionado por esse aumento significativo da mão de obra feminina.

Em relação ao nível superior completo houve uma redução para os dois sexos, porém entre as mulheres essa redução foi mais acentuada. Esses aspectos servem para comprovar a hipótese de que fica reservado a mão de obra feminina os postos de trabalho mais precários, já que quanto maior a escolaridade, melhor a condição de trabalho encontrada. A tabela abaixo sintetiza essa idéia.

**TABELA 8**  
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EMPERCENTAGEM)**

SEXO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							TOTAL
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
<b>1997</b>	43,9	50,5	63,5	64,9	77,9	75,8	84,2	59,9
HOMENS	56,7	61,3	74,6	74,8	85,8	78,1	86,2	69,3
MULHERES	35,1	40,6	53,1	56,3	72,2	73,3	82,6	51,9
<b>2007</b>	30,0	42,5	61,7	65,0	76,6	77,2	81,0	61,2
HOMENS	40,4	50,7	72,8	72,6	84,4	79,5	85,3	68,4
MULHERES	23,7	34,5	50,7	58,1	70,6	75,3	78,1	55,2

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Em relação ao aumento do desemprego, que atingiu e vem atingindo toda a classe trabalhadora da RMS, percebe-se que ele atingiu tantos os homens, quanto às mulheres. Uma comparação feita entre os anos de 1997 e 2007 mostra que a taxa de desemprego geral foi praticamente a mesma, respectivamente 21,6% e 21,7%, ainda que entre esse período ela tenha oscilado significativamente, chegando em 2003 a atingir quase 30% da PEA e, ultimamente, a partir do ano de 2004, com a melhora no cenário econômico, essa taxa de desemprego entrou em uma trajetória de queda.

Essa igualdade nas taxas de desemprego registrada entre os dois períodos analisados ocorreu pelo crescimento nas taxas de desemprego aberto e oculto pelo trabalho precário em proporções compensatórias a queda registrada na taxa de desemprego oculto por desalento. Porém, foi no universo feminino que a taxa de desemprego se mostrou mais acentuada. A taxa de desemprego entre as mulheres nesse período registrou uma elevação, saindo de 23,3% para 25,3. Assim, mesmo as mulheres tendo pressionado mais o mercado de trabalho foram os homens que mantiveram as taxas mais elevadas de participação.

Entre os homens tanto o desemprego aberto quanto o oculto por trabalho precário teve uma queda pouco significativa, enquanto que o desemprego por desalento se reduziu em mais da metade. Esse movimento é fruto de um cenário de crescimento econômico e uma consequente melhora no mercado de trabalho, estimulando a procura por trabalho para os segmentos mais desesperançados. Entre as mulheres, esse movimento também se fez presente, porém de forma menos acentuada. Entre o primeiro e o segundo período, foi registrado um crescimento da taxa de desemprego feminina tanto para o desemprego aberto, quanto para o oculto pelo trabalho precário. Conforme pode ser visto na tabela 9.

**TABELA 9**  
**TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO SEGUNDO TIPOS DE DESEMPREGO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM PERCENTAGEM)**

TIPOS DE DESEMPREGO	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
<b>1997</b>	<b>20,1</b>	<b>23,3</b>	<b>21,6</b>
DESEMPREGO ABERTO	10,8	14,2	12,4
DESEMPREGO PELO TRABALHO PRECÁRIO	7,4	4,3	6,0
DESEMPREGO POR DESALENTO	2,0	4,7	3,3
<b>2007</b>	<b>18,4</b>	<b>25,3</b>	<b>21,7</b>
DESEMPREGO ABERTO	10,2	17,5	13,8
DESEMPREGO PELO TRABALHO PRECÁRIO	7,3	5,1	6,2
DESEMPREGO POR DESALENTO	0,9	2,6	1,8

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

No que tange a posição na ocupação dos trabalhadores da RMS percebe-se que esse perfil melhorou no período entre os anos de 1997 e 2007, crescendo a participação dos

assalariados com carteira de trabalho assinada, fato esse que impulsionou o crescimento de trabalho assalariado no período.

Ainda em relação ao trabalho assalariado, é importante frisar que ainda que o crescimento nesse segmento tenha sido mais intenso entre as mulheres, elas ainda são minorias. A taxa de participação feminina cresceu de 48,8% para 57,5%. Já a masculina saltou de 62,5% para 69,8%, mantendo-se em um patamar superior a mão de obra feminina. Contudo, vale ressaltar que a queda no trabalho assalariado sem carteira assinada só não foi mais significativa porque entre as mulheres esse segmento registrou um crescimento que quase equiparou a queda registrada pelos homens. Entre os homens houve uma redução na taxa de participação masculina, passando de 13,1% para 11,3%. Entre as trabalhadoras esse movimento ocorre no sentido inverso, passando de 8% para 9,6%.

No que tange ao assalariado no setor público foi registrado uma maior participação feminina nos dois períodos analisados, mesmo tendo sido registrado uma redução nesse segmento para ambos os sexos. A taxa de participação feminina em 1997 foi de 18,8%, e em 2007 foi de 16,3%. A masculina registrou níveis inferiores nos dois períodos, sendo registrado 13,8% no primeiro período e 11,2% no segundo. A redução na taxa de participação nesse segmento se apresenta para a mão de obra feminina como uma característica ainda mais nociva, já que é no setor público que as mulheres conseguem se inserir no mercado de trabalho de forma mais igual<sup>12</sup>.

Em relação ao trabalho doméstico, percebe-se que a presença feminina mostrou-se muito mais acentuada, tanto no primeiro quanto no segundo período, sendo observado uma diferença bastante elevada em termos percentuais entre as taxas de participações dos homens e das mulheres. Entre as mulheres foi registrado um percentual de ocupação de 22,2% em 1997 e 17,6% em 2007, ao passo que entre os homens o percentual registrado foi de apenas 1,3% em 1997 e 1% em 2007. A tabela abaixo sintetiza melhor essas informações.

---

<sup>12</sup> Isso ocorre porque no serviço público a inserção se dá através de concurso.

**TABELA 10**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM PORCENTAGEM)**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
<b>1997</b>	100,0	100,0	100,0
<b>ASSALARIADOS TOTAL (1)</b>	62,5	48,4	56,1
ASSALARIADO COM CARTEIRA ASSINADA	35,5	21,5	29,2
ASSALARIADO SEM CARTEIRA ASSINADA	13,1	8,0	10,8
ASSALARIADO SETOR PÚBLICO	13,8	18,8	16,1
<b>AUTÔNOMOS</b>	26,5	22,4	24,6
<b>EMPREGADOR</b>	5,4	2,8	4,3
<b>DOMÉSTICO</b>	1,3	22,2	10,8
<b>DEMAIS (2)</b>	4,2	4,3	4,3
<b>2007</b>	100,0	100,0	100,0
<b>ASSALARIADOS TOTAL (1)</b>	69,8	57,5	64,1
ASSALARIADO COM CARTEIRA ASSINADA	47,2	31,7	40,0
ASSALARIADO SEM CARTEIRA ASSINADA	11,3	9,6	10,5
ASSALARIADO SETOR PÚBLICO	11,2	16,3	13,6
<b>AUTÔNOMOS</b>	22,3	19,7	21,1
<b>EMPREGADOR</b>	4,3	2,6	3,5
<b>DOMÉSTICO</b>	1,0	17,6	8,7
<b>DEMAIS (2)</b>	2,5	2,5	2,5

**FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.**

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

(2) Inclui os donos de negócio familiar, trabalhadores familiares e outros.

Em relação à forma de inserção nesse mercado de trabalho local, percebe-se que existe uma desigualdade latente que diferencia homens e mulheres. As mulheres se inserem de forma diferenciada no mercado de trabalho e normalmente ocupam os piores postos. A reserva dos postos de trabalho mais precários as trabalhadoras traz importantes conseqüências para todos os membros que a família. Essa diferenciação na forma de inserção tende acentuar o grau de precarização existente dentro das famílias, principalmente quando se trata de uma família chefiada por mulher.

As mulheres são maiorias nos postos de trabalho com maior incidência de precarização, nos empregos com caráter flexível, instável e menor remuneração. Essa situação desigual vivida pelas mulheres no mercado de trabalho da RMS demonstra que mesmo tendo ocorrido um crescimento da participação feminina nesse mercado, são os homens que ocupam os melhores postos de trabalho.

A diferenciação de rendimentos entre homens e mulheres também é uma característica marcante da RMS que comprova que os homens encontram as situações mais favoráveis no mercado de trabalho. Em geral as mulheres têm um nível de remuneração inferior ao dos homens, independentemente dos postos de trabalho por ela ocupados. Se comparar os rendimentos de um trabalhador e de uma trabalhadora ocupando o mesmo posto de trabalho percebe-se que a mulher ganha menos que o homem. Sendo o setor industrial onde essa diferença se mostra mais significativa.

Uma análise entre os anos de 1997 e 2007, no que tange ao rendimento real médio, para os dois sexos percebe-se que houve um aumento do percentual de rendimentos das mulheres frente aos rendimentos dos homens. Em 1997 uma mulher recebia 53,97% dos rendimentos de um homem no setor industrial, 60,57% no comercial e 74,70% no setor de serviços. Em 2007, essa variação se modifica no sentido a reduzir a assimetria existente, contudo não a ponto de eliminá-la, passando a receber 67,06% no setor industrial, 73,37% no comercial e 83,27% no setor de serviços. No geral essa variação passa de 60,62% para 72,63%, assim os rendimentos das mulheres aos pouco se igualam aos rendimentos dos homens, mas ainda se mantêm inferiores mesmo quando ocupam postos semelhantes.

O rendimento real médio das mulheres em 1997 era de R\$722,00, ao passo que os homens tinham rendimentos de R\$1.191,00, uma diferença de R\$469,00. Porém, mesmo havendo essa disparidade em relação a remuneração entre homens e mulheres na RMS, nos últimos anos houve uma tendência a igualar tais rendimentos. Esse movimento favoreceu a mão de obra feminina, mas ele não foi suficiente para eliminar as desigualdades existentes. As mulheres da RMS continuam recebendo rendimentos inferiores ao dos homens. Em 2007 uma mulher recebia, em média, R\$698, ao passo que um homem recebia R\$961, uma diferença equivalente a R\$263.

Uma característica da RMS, que pode ser observada na tabela 11, é a tendência a redução dos rendimentos, independentemente do sexo. Porém, essa tendência de perdas salariais atingiu mais intensamente a mão de obra masculina, já que ela sempre se encontrou em melhor situação, porém é a mão de obra feminina que detém a menor remuneração. Assim, pode-se perceber que a redução das assimetrias existente no

mercado de trabalho local não ocorreu necessariamente por existir uma melhoria na situação vivenciada pelas mulheres nesse mercado, mas por uma conseqüente perda de qualidade de trabalho vivenciada pelos homens. O nivelamento ocorreu por baixo. A tabela abaixo sintetiza esses dados.

**TABELA 11**  
**RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS POR SEXO E SETOR DE**  
**ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**  
**1997-2007**  
**(EM REAIS DE JANEIRO DE 2008)**

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
<b>1997</b>	1191	722	972
INDÚSTRIA	1675	904	1486
COMÉRCIO DE MERCADORIAS	1017	616	845
SERVIÇOS	1257	939	1110
<b>2007</b>	961	698	835
INDÚSTRIA	1196	802	1086
COMÉRCIO DE MERCADORIAS	721	529	632
SERVIÇOS	1040	866	957

**FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.**

**Nota:** Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Assim, percebe-se que a redução das assimetrias existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS não significa que a redução das desigualdades existente no mercado de trabalho ocorreu na mesma magnitude. As mulheres tiveram um aumento considerável de sua participação no mercado de trabalho local, desde a década de oitenta do século XX, quando os primeiros sinais do processo de reestruturação produtiva passam a ser sentidos, até os dias atuais. Porém, ainda são reservadas às trabalhadoras as condições mais adversas, pois as mulheres permanecem ocupando os postos de trabalho mais precários, instáveis e flexíveis.

Um movimento no sentido de reduzir as assimetrias existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS é perceptível e vem conseguindo êxito nos últimos anos, porém esse movimento ainda não foi capaz de destruir essa assimetria e nivelar a situação vivenciada por homens e mulheres no mercado de trabalho, no que tange a sua inserção, remuneração e nas condições de trabalho em geral.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O surgimento das novas formas de gestão e produção que modificaram tão intensamente o processo de acumulação capitalista nas últimas décadas transformou também a vida da classe trabalhadora. Tanto o taylorismo, com sua gerência científica, quanto o fordismo e o toyotismo são formas de organização que buscam aumentar a produtividade através do controle do operariado, mesmo que para isso seja necessário o controle da vida pessoal de cada trabalhador.

As novas características das relações de trabalho oriundas dessas transformações influenciaram diretamente o cotidiano da classe trabalhadora, bem como a situação vivida por eles no mercado de trabalho. O processo de reestruturação produtiva modificou e vem modificando profundamente a relação capital x trabalho. As consequências desse processo para a classe trabalhadora é o seu inevitável enfraquecimento frente ao capital.

Vivendo nesse contexto, nos últimos anos a classe trabalhadora sofreu perdas significativas dos direitos adquiridos no decorrer da história. Nos países subdesenvolvidos, onde a classe trabalhadora mostra-se mais vulnerável às crises do sistema capitalista de produção, a condição de exploração torna-se ainda mais intensa.

No Brasil, a correlação de forças, sempre favorável ao capital, acaba por garantir que a implantação dos novos modelos de produção, incorporada de outros países, seja feita utilizando-se somente das características que beneficie o empresariado, restando para a classe trabalhadora as características mais nocivas desse processo, tendo em vista que os benefícios existentes em outros países geralmente não são trazidos para o Brasil. Para a classe trabalhadora brasileira, não está reservado os poucos benefícios oriundo desses novos modelos, somente as conseqüências mais adversas.

Porém, o que se percebe é que dentro da classe trabalhadora existe uma heterogeneidade que não permite que esse processo ocorra de forma semelhante para todos, segregando homens e mulheres no mercado de trabalho. Em geral, tais características são mais nocivas quando incidem sobre as trabalhadoras. No mercado de trabalho são as mulheres que ocupam as piores condições de trabalho. O processo de precarização das condições de trabalho age com mais intensidade sobre a mão de obra feminina, obrigando as mulheres a conviverem cada vez mais com a flexibilidade, a instabilidade, a precarização e as perdas trabalhistas, fatores diretamente ligados as novas características das relações de trabalho.

O resultado de todo esse processo é a propagação da “feminização da pobreza”, fenômeno tão freqüente na atualidade do mundo do trabalho. Processo esse que se intensifica e se sustenta nas mudanças existentes nas estruturas familiares, sua composição, seus arranjos e a forma com que isso influencia na inserção da mulher no mercado de trabalho.

As condições enfrentadas pelas mulheres que ofertam sua força de trabalho na RMS não fogem às características vividas pelas trabalhadoras de todo o mundo, sobre tudo as trabalhadoras de países subdesenvolvidos, como o Brasil, mas ocorre em uma intensidade muito maior, tendo em vista que nessa região o processo de precarização

dos postos de trabalho mostra-se mais evidente. Diversos fatores influenciam diretamente esse processo, dentre eles está a grande importância do setor terciário para a economia local.

Nas últimas décadas o mercado de trabalho da RMS viveu um processo de expansão, principalmente para as mulheres, tendo o setor de serviços como o maior responsável pelo surgimento desses novos postos. São ocupações que possuem características diferentes dos postos de trabalho que surgiam nas décadas anteriores, houve redução da ocupação no setor secundário da economia e um paralelo aumento no setor terciário.

Em sua maioria, os novos postos de trabalho que surgiram foram ocupados pela mão de obra feminina, circunstância essa que, associada a outros fatores, como a redução do poder aquisitivo do “chefe” e provedor do lar e as conquistas dos movimentos de emancipação feministas, resultou em uma maior participação da mulher no mercado de trabalho da RMS.

Porém, o que se percebe é que mesmo tendo havido uma maior participação feminina na PEA da RMS nos últimos anos, principalmente na década de noventa com o surgimento de novos postos de trabalhos, essa expansão das oportunidades de trabalho para as mulheres não representou melhoria nas condições de trabalho, em sua maioria, os novos postos de trabalho são precários e sem garantias.

Assim, torna-se evidente que as reduções das assimetrias registradas na RMS, principalmente na década de noventa, não foram suficientes para igualar as condições encontradas no mercado de trabalho para homens e mulheres. Em muitos casos o que se percebe é justamente o contrário, onde o aumento desses postos acaba por representar a abertura de mais postos precários de trabalho, como é o exemplo do trabalho como empregada doméstica. Essa categoria de trabalho, geralmente engloba o trabalho informal e mal remunerado, e é responsável por uma elevada participação da ocupação feminina na PEA.

As mulheres que ofertam sua força de trabalho na RMS encontram mais dificuldade no momento de sua inserção do que os homens, tendo em vista que a mão de obra

feminina, nos últimos anos, foi quem mais pressionou o mercado de trabalho, mas foi também que mais sofreu com as elevadas taxas de desemprego da economia local. Porém, dentro a própria mão de obra feminina existe uma diferenciação tanto em relação a sua inserção quanto em relação a sua remuneração, fazendo surgir dois pólos de ocupação feminina.

Em síntese, o que se percebe é que as mulheres estudam mais, trabalham mais, pressionam mais o mercado de trabalho, mas ocupam os piores postos de trabalho, possuem uma menor remuneração e detêm as mais elevadas taxas de desemprego.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Geovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro et al. **O Sentido do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/LAB2004> Acesso em: 21. Dez. 2007.

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10, n.3,p.92-109, dez. 2000.

BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.23, n. 2, p.205-222, jul/dez. 2006.

BORGES, Ângela. DRUCK, Graça. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.111-139, jul/dez. 2002.

BRAGA, Thaiz. . A ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2001. **Anais...** Ouro Preto: ABPEP, 2001.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf> Acesso em: 20. jan. 2007.

CASTRO, Mary. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. 1999. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br> . Acesso em 05. out. 2006.

CRH/UFBA [www.flexibilização.ufba.br](http://www.flexibilização.ufba.br) Acesso em 05 out. 2006

DIEESE. **Negociação Coletiva e Equidade de Gênero no Brasil: Cláusulas Relativas ao Trabalho da Mulher 1996-2000**. São Paulo: 2003 n.17

DIEESE. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml> Acesso em: 30. mar. 2008.

DRUCK, Maria da Graça et al. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Salvador: Boitempo, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/segundo\\_pnad\\_continua.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/segundo_pnad_continua.shtm) Acesso em: 28. mar. 2008.

INFORME PED. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: 2000

FILGUEIRAS, Luiz; RODARTE, Mário; SOUZA, Laumar. **Gênero e mercado de trabalho na grande salvador: Um breve Comparativo Entre as Décadas de 80 e 90**. 2002. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br> Acesso 05. nov. 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. Salvador: Boitempo, 2003.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/index.html> Acesso em 20. jul. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Informe PED Mulher**. Porto Alegre, ano 9, março, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores**. Disponível em: [www.fgv.org.br/mulher/index.html](http://www.fgv.org.br/mulher/index.html) Acesso em: 20. jul. 2007.

GARCIA, Lúcia. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.15, n.4, p.483-500, mar. 2006.

GUIMARÃES, Iracema et al. (Des)igualdades nas estratégias de inserção feminina durante a exacerbção da crise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 17, n.1, p.777-796, abr/jun. 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, H. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão Sexual do trabalho. Campinas: **Cadernos PAGU**, São Paulo, n. 17-18, 2006.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relação de gênero. **Revista Latino-americana de Sociologia do Trabalho**, v. 4, n. 7, p.5-27, 1998.
- MOREIRA, B. ; PITANGUY, J. **O que é o feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- NEIM/UFBA. - Núcleo de Estudos Interdisciplinares **Sobre a mulher**. Disponível em: [www.neim.ufba.br](http://www.neim.ufba.br) Acesso em: 10. jun. 2006.
- NEVES, Magda. **Gênero, mercado de trabalho e qualificação**. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/8magda.pdf> Acesso em: 15. nov. 2007.
- NOGUEIRA, C. **A Feminização no mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- PED – Pesquisa Emprego Desemprego. **A mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de salvador**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/ped> Acesso em: 18. abr. 2008.
- PAGU/ UNICAMP - Núcleo de Estudo de Gênero. **Indicadores**. Disponível em: [www.unicamp.br/pagu](http://www.unicamp.br/pagu) Acesso em: 25. jun. 2008.
- RAMOS, Iuri. **Qual o "Q" da Qualidade?** O Programa de qualidade total do Banco do Brasil. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SOBRINHO, Edson. Mudanças no mercado de trabalho da RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 10, n. 6, p. 115-121, dez. 2000.
- SOUZA, Laumar Neves de. **Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2001.